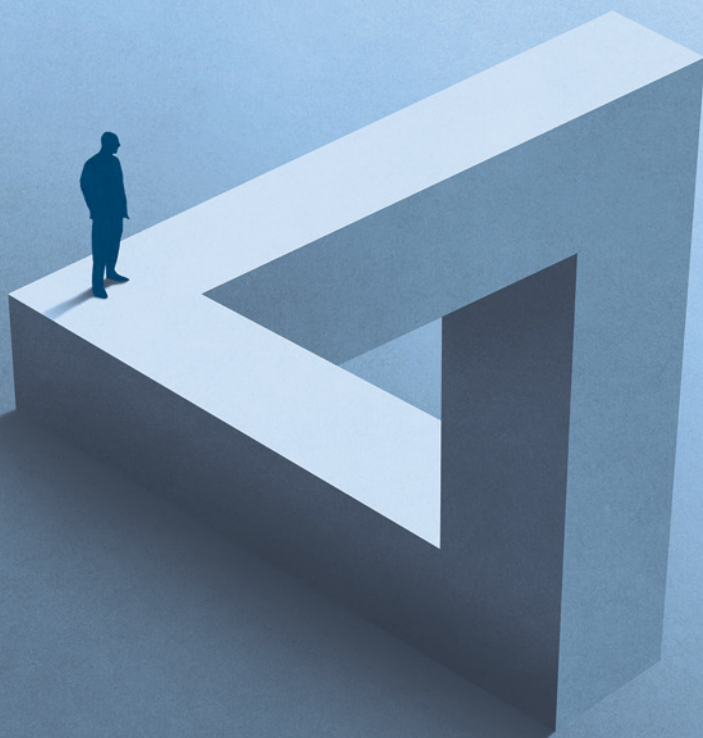


BERNARDO SORJ

IDENTIDADES e CRISE DAS DEMOCRACIAS



**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



B E R N A R D O S O R J

IDENTIDADES e CRISE DAS DEMOCRACIAS

PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dedicada ao fortalecimento das instituições e da cultura democrática na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo.

Revisão final: Rita Elias

Projeto gráfico e Capa: Bruno Ortega

Copyright do texto © 2022 by Bernardo Sorj

São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sorj, Bernardo
Identidades e crise das democracias
[livro eletrônico] / Bernardo Sorj. -- 1. ed. --
São Paulo : Fundação FHC, 2022.
PDF.

Bibliografia.
ISBN 978-65-87503-15-8

1. Capitalismo 2. Democracia 3. Direitos humanos 4. Diversidade cultural 5. Identidade social - Brasil I. Título.

22-111523

CDD-302.54

Índices para catálogo sistemático:

1. Identidade : Sociologia 302.54

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

Para Tommy, *in memoriam*



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. A CONDIÇÃO HUMANA E INDIVIDUALIZAÇÃO	12
2. IDENTIDADES INDIVIDUAIS, COLETIVAS E SUBJETIVIDADE	24
3. IDENTIDADES E HISTÓRIA	43
4. IDENTIDADES NA MODERNIDADE	58
5. CRISE ATUAL DAS IDENTIDADES	80
6. A REAÇÃO CONSERVADORA: NACIONALISMO E RELIGIÃO	98
7. O FUTURO ALÉM DA CONJUNTURA	106
8. CONCLUSÕES: IDENTIDADES E HUMANISMO	116
 ANEXOS	 124
1. <i>A convivência democrática como politeísmo de valores</i>	125
2. <i>Direitos humanos no século XXI: agregando e/ou repensando direitos?</i>	135
3. <i>Nota bibliográfica</i>	148



INTRODUÇÃO

Neste texto desenvolvemos uma reflexão sobre o tema da identidade ou, mais precisamente, o da crise de identidade, pois a preocupação identitária surge em tempos de mudanças e turbulência, individual e social, quando as pessoas se perguntam “quem sou eu” e “quem somos nós”.

Questionamentos como “quem sou eu” e “quem somos nós” não são novos. Percorrem a história humana e passam a ser dominantes e persistentes nos tempos modernos. Tempos de transformações contínuas, em que as respostas aprendidas na infância e adolescência já não se mostram atuais e suficientes quando se entra na juventude, e exigem revisões constantes durante o transcurso da vida adulta.

Nas últimas décadas, as demandas sobre as identidades individuais, com exigências de que cada um seja “si mesmo”, que tenha sucesso, seja empreendedor, enfrente permanentemente novos desafios e decisões no trabalho, no relacionamento amoroso e no familiar – e, se estiver passando por dificuldades psicológicas, que se autoajude –, alimentam sentimento de impotência e de fracasso. Mais ainda em contextos

de profundas mudanças sociais, de baixa mobilidade social e de expectativas de consumo inexequíveis para a maioria.

O mal-estar individual atingiu o espaço público, cada vez mais dominado por redes sociais que transmitem mensagens que alimentam ressentimentos legítimos, para semear a desconfiança nas “elites”: políticos, jornalistas, cientistas e as instituições democráticas. Não se trata somente de que as redes sociais tenham permitido o empoderamento da ignorância e da estupidéz, como afirmou Umberto Eco, mas do uso profissional da Internet para disseminar a ignorância e a estupidéz a serviço de grupos que têm um objetivo definido: avançar agendas autoritárias.

Neste ensaio, procuramos mostrar como as identidades ordenam nossa compreensão da realidade e delimitam nosso horizonte cognitivo e afetivo. O percurso que escolhemos foi nos distanciar da conjuntura atual para compreendermos, inicialmente, os fundamentos das identidades – coletivas e individuais.

Nos primeiros dois capítulos, analisamos as dimensões que constituem os indivíduos como seres sociais: identidades coletivas, identidades individuais e subjetividade. Suas características se transformam, no processo histórico, como produto das mudanças operadas

nas estruturas sociais, que, em certa medida, são caudatárias de transformações nos sistemas geopolíticos de poder.

Nos capítulos seguintes, analisamos as transformações produzidas pela modernidade, centrada no ideal de indivíduos livres e autônomos, que rejeitam a resignação como valor e a vontade divina como explicação aceitável dos eventos pessoais e coletivos (inclusive entre a maioria das pessoas religiosas), e que enfrentam as tensões entre as várias identidades e os valores que carregam. Tensões que, associadas a diversos mal-estares – socioeconômicos, políticos e culturais –, podem ser apropriadas por discursos antidemocráticos.

Finalmente, identificamos alguns dos desafios que enfrentam as democracias, além da conjuntura atual, que põem em risco os valores fundamentais do humanismo e da democracia. Enquanto nos digladiamos nos embates políticos diários, a humanidade avança na direção da destruição do meio ambiente, e as transformações em curso projetam desafios de uma envergadura inédita na história humana, com o uso de tecnologias que poderão modificar os fundamentos da convivência social. Estamos nos primórdios de um mundo em que a combinação de intervenções eletrônicas, bioquímicas e genéticas no corpo humano, e de sistemas de vigilância e bancos de dados que acumulam

informações sistemáticas sobre os indivíduos, pode jogar no lixo da história conceitos como liberdade, livre escolha ou privacidade.

Paradoxo de nossos tempos: enquanto os indivíduos estão enrascados num cotidiano de demandas constantes, turbinadas por bombardeio de mensagens e participação em redes sociais que os fecham em câmaras de eco, suas vidas estão cada vez mais orientadas por sistemas tecnológicos apropriados pelo poder econômico e político.



Trata-se de um curto ensaio de interpretação sociológica, que não aspira a um tratamento exaustivo dos temas levantados nem a dar conta da enorme produção acadêmica sobre o tema. Para os leitores interessados em prosseguir a leitura, incluímos um anexo com um breve comentário sobre algumas das referências bibliográficas que formam parte do substrato de nossa reflexão.

Este texto constitui, em boa medida, uma continuação de nosso livro anterior, *Em que mundo vivemos?*¹ no qual

1 *Em que mundo vivemos?* São Paulo: Plataforma Democrática, 2020, disponível para livre acesso em http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Em_Que_Mundo_Vivemos.pdf

analisamos as contradições do capitalismo democrático contemporâneo – socioeconômicas, políticas e culturais –, para nos concentrar nas transformações das identidades e da subjetividade e suas consequências sobre o futuro da democracia.

Procuramos dialogar com várias tradições intelectuais, além de, neste caso em particular, com os fantasmas identitários do autor, nascido no Uruguai e brasileiro por opção, carregando o nome do avô Boruch, mas registrado como Bernardo, de pai bessarábio (região hoje distribuída entre a Ucrânia, Moldávia e Romênia), de mãe argentina, mas filha de poloneses, fortemente identificado com a condição judaica, que, apesar de marcada pela perda no holocausto de boa parte da família, não se reduz a ela. Um longo percurso de vida me levou a entender, e a aceitar, que as identidades coletivas, embora sejam uma camisa de força que limitam nossa percepção e sensibilidade, são inerentes à condição humana, de seres finitos, enquadrados no espaço e no tempo biográfico e histórico que nos tocam viver.

O desafio é reconhecer nossas limitações, procurando recursos de sabedoria, de ação e/ou de celebração da vida nas identidades coletivas, sem que as transformemos em antolhos que nos incapacitem a aprender, dialogar e a nos enriquecer com a alteridade. Caso contrário, as identidades coletivas

podem escorregar na estigmatização, humilhação e cancelamento de quem é diferente. Perigo do qual não estão livres, inclusive, aqueles que lutam contra diversas formas de opressão.

Não posso deixar de agradecer a meus amigos Danilo Martuccelli, pelo incentivo e por sua obra intelectual, com a qual dialogo, a Alice Noujaim, Antonio Mitre, Beatriz Kipnis, John Wilkinson e Sergio Fausto, pelos excelentes comentários à primeira versão. O que não me exime da responsabilidade pelo conteúdo do texto.



1.

A CONDIÇÃO HUMANA E INDIVIDUALIZAÇÃO

Cultura e indivíduos

A evolução cultural, como mecanismo de criação de novas formas adaptativas ao meio ambiente e de organização do convívio entre os membros da espécie entre si e seu habitat, representa um corte radical com a evolução biológica, em que as mutações são produto de transformações aleatórias no código genético. Na espécie humana, as “mutações”, isto é, o surgimento de novas estruturas adaptativas, produzem-se num meio externo, a cultura, de modo que não afetam as características genéticas comuns da espécie, o que permitiu que a raça humana mantivesse sua unidade, sobrevivendo nos mais diferentes ambientes físicos, ocupando os mais diversos nichos ecológicos.

O novo meio, a cultura, é uma “nuvem” formada por sistemas de signos associados a significados, a linguagem, que desenvolvemos pela aprendizagem no convívio social, graças à nossa faculdade de pensar. Através da linguagem, temos acesso a abstrações, somos capazes de associar ideias e de desenvolver raciocínios lógicos. Ela nos permite a comunicação com os outros e com nós mesmos e acumular e transmitir conhecimentos – inicialmente memorizados e transmitidos de forma oral, posteriormente, com o surgimento da escrita, preservados também em textos e, atualmente, em meio eletrônico – materializados nos mais variados artefatos.

A linguagem é o substrato através do qual se constitui a forma humana de estar no mundo. Transmite, desde a infância, com a convivência cotidiana, normas do certo e do errado, gostos, convenções sociais, as crenças mais variadas, formas de solidariedade, obediência e explicações sobre o sentido de estar no mundo.

A cultura permite acumular, fora do sistema genético, uma quantidade infinita de informações. A questão não é se existem espécies tão inteligentes quanto o ser humano (o tamanho do cérebro dos golfinhos é próximo ao nosso, e eles possuem capacidade de aprendizagem, plasticidade e inovação), mas a existência de um instrumento, a cultura, capaz de acumular novos conhecimentos e transmiti-los às próximas gerações.

O caráter “abstrato” da cultura permite que as inovações possam transitar entre as diversas culturas, sendo a história humana um processo constante de circulação e transferência de inovações entre as sociedades, embora elas geralmente se autorrepresentem como fechadas e dissociadas das outras. Exemplo dos inúmeros processos de difusão cultural são a escrita alfabética, inventada pelos fenícios e disseminada entre as mais diversas sociedades, e o sistema de numeração decimal, surgido na Índia, transferido ao mundo árabe e de lá para a Europa medieval. Comestíveis que hoje são identificados com culturas nacionais europeias, como o uso do tomate no mediterrâneo, ou a batata em países do norte europeu, são produtos originários das Américas, e o café, que hoje associamos com brasilidade ou colombianidade, é originário da Etiópia, para dar só alguns poucos exemplos simples (no caso das religiões, todas elas, sem exceção, são produto de sincretismos).

Graças ao potencial de nosso cérebro de aprender a lidar com o universo abstrato da linguagem, e, dessa forma, **pensar**, a condição humana possui características inexistentes em outras espécies: a **individualização**, a **imaginação**, a **criatividade**, a **temporalidade** e o **julgar**.

Individualização

Sendo um ser que só existe em sociedade, produto da interação com os outros, e com os quais compartilha um universo de conhecimentos, crenças e valores, o humano, **ao mesmo tempo**, tem consciência de ser um ente separado, com seu próprio ciclo de vida e morte. Essa consciência de si produz, desde os primórdios da humanidade, **indivíduos**, conceito que não deve ser confundido com a forma particular pela qual a individualidade é representada e vivida nas diversas sociedades e, em particular, por ser nossa referência cultural, no mundo moderno.

A forma de existência humana, isto é, de sua relação com os outros seres mediada pela cultura, tem como condição que os indivíduos sejam conscientes de sua separação do mundo exterior e, portanto, de sua individualidade, o que lhes permite que sejam interpelados e que tomem decisões.

O humano recém-nascido somente é potencialmente humano, pois adquire consciência de sua existência através de um meio que lhe é externo, a cultura, que ele absorve no processo de socialização. O **nós** antecede ao indivíduo, pois tomamos consciência da nossa existência pela linguagem, que cria um universo de significados e sentidos compartilhados e que nos torna, a partir do nascimento e pelo resto de nossas vidas,

seres sociais. O humano está condenado, pois, a ser um indivíduo autoconsciente através de um mundo de significados advindos do “exterior”, a cultura, inclusive nos momentos de maior solidão.

Imaginação

O universo mental humano é um mundo “imaginário”. Imaginário não no sentido de irreal, de existir somente nas nossas mentes, mas de que nossa percepção da realidade externa (social e natural) está inserida num sistema cultural de significados, que medeia a nossa relação com o mundo exterior e com nós mesmos, e que deve ser elaborado dentro do universo mental de cada indivíduo.

Vivemos o “lá fora” através de um mundo simbólico **que nunca** é unívoco. Entre o símbolo e o objeto que ele representa existe uma distância a ser percorrida pela mente individual, ou seja, deve imaginar o sentido último do que lhe é transmitido. A imaginação nos permite nos colocarmos no lugar do outro, transformando o pensamento humano em pensamento estratégico, antecipando o futuro, sejam as reações possíveis de um animal durante uma caça, seja a conduta de outro ser humano.

Graças à sua possibilidade de processar na mente mundos imaginários, as pessoas podem se projetar no

futuro, sonhar, afundar em sentimentos de completa solidão, de temores sobre os mais diversos perigos, assim como imaginar paraísos e infernos, ou todo tipo de situações e trajetórias de vida. O que não significa que, mesmo nos delírios, a mente não continue informada pelo substrato cultural. Na passagem para a realidade social, ela encontra sua finitude nas fronteiras impostas por sua biologia, pela alteridade da vontade dos outros, por recursos materiais, conhecimentos disponíveis – diversos em cada civilização –, por sua posição social e sistemas de controle e punição existentes.

Criatividade

A criatividade é o esforço constante de compreensão e interiorização do conteúdo das mensagens da cultura dentro do universo mental e da prática social de cada indivíduo. Trata-se de uma qualidade inerente a estar no mundo como ser humano, que se expressa cotidianamente em todas as ações de convivência social, seja na forma única de conversar, caçar, pescar, cozinhar e se relacionar com os outros, seja nas obras de alto volume de originalidade, como em Platão, Mozart ou Einstein.

O conjunto do mundo social, sua organização, instituições e cultura material, é o produto do esforço da criatividade humana, que se plasma nos mais diversos

artefatos (seja a roda ou a Internet) e nas mais diversas crenças e formas de conhecimento.

Como consequência, os mecanismos sociais que asseguram a coesão social e estabilização dos padrões culturais durante longos períodos podem sofrer mudanças geradas pela ação inovadora dos membros do grupo. A criatividade sempre insere, na vida social, um componente de imprevisibilidade.

Temporalidade

As sociedades e os indivíduos constroem imagens da passagem do tempo associadas a vivências ou transmitidas por via oral ou escrita, para projetar visões do passado e do futuro, as quais geram o sentimento de controle das incertezas diante da convivência com o meio natural e social.

Independentemente de como as diferentes cosmologias representam e vivenciam a passagem do tempo, ele é central para organizar nossas vidas, individuais e coletivas. Se memória é fundamental para dar unidade a nossas vivências individuais e para a construção das identidades coletivas, não é somente a capacidade de lembrar o passado que nos faz humanos, como afirma

Nietzsche,² mas seu uso para imaginar e nos projetar – nos pensamentos e nos desejos – num mundo ainda inexistente, o “futuro”, nas suas mais diversas formas de representação em cada cultura.³ Não existe futuro que não se sustente numa visão do passado, nem passado que não projete uma visão do futuro.

Enquanto ser vivo e, portanto, sempre no limiar da morte, o humano procura sobreviver. Só que, consciente de sua condição de ser vivo, mobiliza seus recursos intelectuais e materiais para prever no possível a consequência de seus atos, desenvolvendo conhecimentos, artefatos e visões abrangentes de seu passado e de seu futuro individual e o da coletividade, isto é, cosmologias. As culturas oferecem, através das cosmologias, as mais diversas explicações sobre o sentido da vida e respostas à consciência da existência individual e de sua finitude, estabelecem normas, ritos e narrativas que unem os indivíduos em torno de crenças e valores coletivos.

2 Friedrich Wilhelm Nietzsche “On the use and abuse of history for life”, disponível em https://pdfs.semanticscholar.org/6784/b376131703bcfa6458f48ee005ae75b8f4fa.pdf?_ga=2.163556860.1762082745.1645305681-518873013.1645305681.

3 A memória não abstrata está presente em muitos seres vivos, e funciona como mecanismo que lhes permite evitar situações que os colocam em risco.

Julgar

Se entendemos o conceito de moralidade como agir de acordo com regras que definem o certo e o errado, o permitido e o proibido, o bonito e o feio, o ser humano se conduz sempre orientado por uma moralidade – ou por várias – através da qual avalia a conduta dos outros e de si mesmo. O ser humano é um animal que julga. O julgamento pela comunidade de condutas transgressoras, como uma atividade regulada socialmente, está presente nas mais diversas tribos e, portanto, é muito anterior à formação de instituições estatais.

A transmissão cultural inclui tanto habilidades e conhecimentos práticos como normas que indicam o que é permitido e o que é proibido fazer na convivência social, e formas de punição daqueles que transgridam as normas. O julgar está associado à capacidade da mente humana de encontrar relações causais entre eventos, sendo os valores, portanto, parte integral do ato de pensar.

Se o julgar está presente na linguagem e nas práticas sociais desde tempos imemoriais, o binômio justo/ injusto, nas suas mais diversas versões associadas aos contextos culturais, desenvolve-se em sociedades complexas estratificadas, com sistemas hierárquicos de poder e dominação. A elaboração social do valor de “justiça” é produto de sociedades que produzem injustiça, assim como o de liberdade é produto da vivência coletiva da opressão.

O indivíduo como corpo e mente

Ao mesmo tempo que a cultura antecede e sobrevive aos indivíduos, ela só existe como produto do mundo dos seres humanos e como resposta a ele, seres constituídos pelo substrato biológico do corpo. É através do corpo que vivenciamos e objetivamos nossas interações sociais e nossas ações. As pesquisas em neurociência mostram como a mente transmite mensagens para o corpo, tanto quanto o corpo, seja pelos sentidos ou por diversos órgãos, produz reações mentais.

O indivíduo que entra em contato com a cultura possui um corpo (do qual o cérebro e o sistema neurológico fazem parte integral), com sentidos, pulsões, instintos e necessidades biológicas que, embora moldadas pela cultura, não se reduzem a ela. O fundamento biológico, que inclui a herança evolutiva que nos marca como seres vivos que procuram sobreviver, interage constantemente com o universo simbólico de cada sociedade.

A mente/corpo individual participa do mundo social num processo constante de interação social e aprendizagem, no qual decifra e comunica mensagens, tomando, assim, consciência de si mesmo como um ente separado, isto é, se individualiza. Uma individualização que implica conviver e compartilhar um mundo de comunicação com os outros, no qual o corpo é parte da identidade individual.

Apesar das inúmeras respostas que a cultura possa oferecer, a realidade do nascimento/vida/morte e suas vicissitudes se impõem a cada indivíduo, que as deve enfrentar com os instrumentos de sua cultura. Se as culturas oferecem as mais diversas respostas e significados às experiências dos indivíduos (dor, fome, medo, sofrimento, agressividade, possessividade, envelhecimento, atração sexual e os desejos mais variados), moldando mentes e corpos, por sua vez, elas devem ser elaboradas por cada indivíduo de uma forma que será sempre particular.

Sendo os indivíduos mente/corpo, a transmissão cultural não se reduz a signos e significados, isto é, linguagem falada ou escrita. Toda aprendizagem está associada a práticas, a conhecimentos e condutas adquiridas na interação com as pessoas, nas quais está presente o mundo material associado à capacidade normatizadora e punitiva das instituições, além dos artefatos materiais e imateriais produzidos pelos humanos. Boa parte dessas práticas é aprendida por imitação e/ou obediência, ou seja, *on the job training*. Seja recebendo afetos e cuidados desde o nascimento, aprendendo a falar, brincando, vestindo-se e/ou ornando-se, apreciando sabores, o conjunto mente/corpo é instruído sobre o que é permitido fazer ou não.

O universo humano, portanto, não se reduz, como certas versões contemporâneas nas ciências sociais e na

filosofia parecem indicar, à racionalidade ou a narrativas. A vivência humana inclui tanto vivências da mente como do corpo, comunicação e ação, signos e objetos materiais.

Entre as necessidades que emergem da mente/corpo individual e as prescrições culturais, está presente uma constante tensão, diferente em cada cultura. Seja na versão de Sigmund Freud da cultura como fruto da repressão⁴, ou da versão mais nuançada de Herbert Marcuse⁵ de um quantum de repressão necessário para a existência de qualquer sociedade e uma mais-repressão exigida por sistemas políticos desiguais e opressivos, a tensão entre corpo/mente individual e a cultura é constitutiva da experiência humana.⁶

4 Freud, Sigmund, *Civilization and Its Discontents*, London: Penguin, 2002.

5 Marcuse, Herbert. *Eros and Civilization: A Philosophical Inquiry into Freud*. Boston: Beacon Press, 1974.

6 A contraposição entre a visão de Freud, de uma sexualidade primordial, pré-cultural, em choque com as imposições do mundo cultural, e a visão de Michel Foucault, de uma sexualidade que não antecede o contexto sócio-histórico, possivelmente polariza uma realidade na qual ambos os elementos estão presentes, ainda que em proporções não discerníveis.



2.

IDENTIDADES INDIVIDUAIS, COLETIVAS E SUBJETIVIDADE

Introdução

Em hebraico, o verbo definir (*lehagdir*) tem sua raiz na palavra *gader* (cerco, גדר). Definições procuram cercar um espaço crivado por continuidades, explicando a especificidade do espaço cercado, diferenciando-o do contínuo do qual ele procura se separar. O papel das identidades é o de definir, indivíduos e comunidades, separando e diferenciando o indivíduo no interior do grupo, e o grupo dos outros. As identidades são sempre parte de sistemas de relações.

As identidades dependem da criação de fronteiras, às vezes físicas, mas sempre simbólicas. Identidades exigem um esforço constante de manutenção. Algumas

delas se sustentam em alicerces legais (e, por trás deles, instituições com poder para impor sanções), como a nacionalidade, a corporação profissional ou a família, enquanto, em outros casos, expressam a vontade de pequenos grupos informais. Através da identidade, transmitem-se a percepção e o julgamento tanto dos outros sobre nós, como de nós sobre os outros. Em suma, as identidades organizam e ordenam a convivência.

Tanto as identidades individuais como as coletivas se constroem em referência umas às outras, num processo de diferenciação. Nelas, os grupos e indivíduos se identificam ou são forçados a ocupar o lugar que lhes é prescrito.

Elas funcionam pelo mecanismo de **identificação**. As identidades são, sobretudo, as definições de nós feitas pelos outros, e nas quais nos espelhamos. Podemos aceitar essas imagens ou nos revoltar contra elas e tentar mudá-las, mas participamos do mundo social sempre através da visão que os outros têm de nós, como indivíduos e grupos. Imagens que nos enaltecem ou que nos ferem. Nossa susceptibilidade às palavras e atitudes (inclusive pequenos gestos do rosto) dos outros é o indicador da fragilidade constitutiva de nossa identidade, sempre dependente do olhar dos outros.

Ao contrário do que o conceito parece indicar, toda identidade possui uma dimensão paradoxal: nunca é idêntica a si mesma, pois está sujeita aos olhares caleidoscópicos e aprovação dos outros, que, por sua vez, afetam nosso olhar sobre nós mesmos. A minha identidade (isto é, o reconhecimento que eu sou eu), supõe que os outros me identifiquem como tal, assim como a existência do grupo depende que os indivíduos se identifiquem com o conjunto e/ou que os outros o percebam como tal. Identidades são, portanto, jogos de espelhos, que dependem de quem está na frente de quem.

As identidades não são reduzíveis a narrativas de linguagem ou, menos ainda, a discursos racionais. É uma ilusão intelectual associar identidades a argumentos racionais extremamente elaborados. Elas se constroem como práticas sociais, ou seja, nas diversas formas de interação com os outros, sustentadas em convenções, ritos e sistemas de organização coletiva, incluindo instituições formais com mecanismos para sancionar os seus membros, podendo incluir a violência, simbólica ou física. São essas práticas que estabilizam as identidades coletivas.

Um mecanismo central das identidades coletivas é o de, simultaneamente, incluir/excluir, definindo quem é parte do grupo e quem lhe é estranho. As identidades coletivas e individuais são formas de distinguir,

no primeiro caso, entre grupos e, no segundo, entre indivíduos. Entender quem sou eu e quem são os diferentes membros do grupo de relacionamento é parte fundamental do processo de socialização, através do qual absorvemos a cultura que nos é transmitida.

As identidades produzem um sentimento de unidade e continuidade, tanto dos indivíduos como das coletividades. Seu paradoxo é que estão em permanente mutação, ainda que de forma imperceptível, mas se apresentam e são vividas como se fossem a mesma, apesar das transformações produzidas pela passagem do tempo. A unidade é produto, tanto nos indivíduos como nas coletividades, de um trabalho constante de produção de memória, que imprime unidade e sentido de continuidade a trajetórias que, em grande medida, são produtos de eventos fortuitos e circunstanciais e das transformações pessoais e sociais.

O que são as identidades coletivas?

Fenômenos históricos, as identidades coletivas de longa duração, bem como suas características, se transformam no decorrer do tempo. Dificilmente um cristão dos tempos imediatos após a morte de Jesus, que tenha vivido em comunidades sem hierarquias e em estreita solidariedade, esperando a chegada iminente dos fins dos tempos, se identificaria com a maioria dos cristãos da atualidade, ou com a Inquisição, ou igrejas

ricamente ornamentadas. O espanhol Miguel Serve, no século XVI, depois de estudar a Bíblia no original, publicou um tratado teológico que procurava retornar ao que considerava o cristianismo original. Foi preso e interrogado pela Igreja Católica na França. Finalmente, morreu na fogueira na Genebra de Calvino. Os caraitas, judeus que seguem o texto bíblico de forma literal e não reconhecem as interpretações rabínicas posteriores (por exemplo, seguindo os exemplos bíblicos, mantêm o princípio da patrilinearidade), podem estar mais perto do judaísmo originário, mas são considerados heréticos pela corrente rabínica que prevaleceu. As tradições, na feliz expressão de Eric Hobsbawm, em algum momento foram inventadas, embora se apresentem como se dessem continuidade ao passado.

Todas as identidades dependem da elaboração de memórias coletivas,⁷ central para a coesão do grupo a partir da produção de um sentimento de comum/idade, ou seja, permite que, apesar da passagem do tempo, seus integrantes possam se identificar com uma filiação compartilhada. A centralidade da memória coletiva faz com que os conflitos políticos (praticamente todos os

7 O trabalho clássico sobre memória coletiva foi escrito por Maurice Halbwachs. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. Disponível em francês para livre acesso em http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/memoire_collective/memoire_collective.pdf

conflitos) sejam, em boa medida, em torno de diferentes narrativas do passado.

Não contendo traços fixos e imutáveis, as identidades não possuem uma “essência”. A essência de uma identidade é sempre um campo contestado, do qual os discordantes podem ser excluídos e tratados pelo grupo opositor de heréticos ou traidores. Em geral, o debate sobre a definição da essência da identidade está relacionado ao tema da “autenticidade”. O mais antigo seria mais autêntico, mais “puro”, como se existissem traços culturais que não fossem maculados ou produtos de influências externas ou circunstanciais. Por exemplo, correntes da Igreja Católica sacralizam o uso do latim, língua que não era falada por Jesus e seus discípulos; grupos ultraortodoxos judaicos se distinguem por usar roupas da Europa Oriental e por adotar a língua *Yidish* (em boa medida, derivada do alemão), ambos distantes do universo dos textos sagrados.

A caracterização das identidades, sobretudo na modernidade, revela-se um esforço constante de dissociar universos de experiências complexas, nas quais se entrelaça uma diversidade de identidades. Lembro-me de um guia em Cuzco que denunciava que a igreja que visitávamos fora construída sobre um templo Inca. Quando perguntei se ele seria a favor de derrubar a igreja e reconstruir o templo incaico, reagiu emocionado: “*por el amor de Dios, nunca, soy un devoto de la virgencita*”.

Ser parte de um grupo ao qual se está associado por laços de identificação implica, geralmente, em formas de solidariedade, que podem ser circunstanciais ou permanentes, e são acompanhados de exigências de fidelidade, isto é, de agir em função das expectativas (reais ou imaginadas) do grupo. Fidelidade que, por sua vez, é utilizada pelos guardiões da identidade do grupo como forma de controle e obediência.

As identidades possuem uma dimensão valorativa, hierarquizadora e classificatória. Em geral, valoriza-se o próprio grupo e menosprezam-se, quando não se demonizam, identidades rivais, algo presente desde os primórdios da humanidade. Com o surgimento de sociedades estratificadas, a valorização/desvalorização dos grupos em função do lugar na hierarquia social passou a ser parte do sistema classificatório e de dominação.

Todas as identidades, individuais e coletivas, estão imersas em relações de poder, ainda que não sejam reduzíveis a elas. Relações de poder entre os grupos e no interior deles, que se sustentam na capacidade de impor punições simbólicas ou materiais aos que se rebelam contra elas.

A língua ocupa historicamente um lugar central na formação das identidades coletivas, seja de grupos étnicos, regionais ou nacionais. A língua compartilhada,

pela qual se cria um espaço de comunicação, constitui uma metaidentidade que une indivíduos e grupos diversos dentro de um universo comum. É um identificador identitário que permite distinguir os que falam a língua dos que não a falam ou dos que possuem sotaque, assim como distinguir, muitas vezes, seja pela pronúncia ou pelo vocabulário, seja por toda sorte de variações linguísticas, pessoas de diferentes classes sociais, regiões e procedências

As identidades se constroem por um esforço constante do grupo para manter sua coesão e dar respostas às pressões externas. Em certos casos, principalmente de setores oprimidos, o estigma e o preconceito podem ser interiorizados, produzindo-se uma identidade negativa, que, por um processo de resistência e reação, pode conduzir à criação de uma nova identidade que afirma uma narrativa positiva do grupo. Assim, ressignificam-se tais identidades, como, por exemplo, nos territórios demarcados pelo poder colonial nos quais se construíram novas nações ou nas lutas contemporâneas do movimento negro.

Os membros do grupo identitário, em geral, têm como referência uma figura idealizada, que pode ser o líder do grupo, ou, nas identidades coletivas de longa duração, figuras emblemáticas mitológicas ou mitificadas, como grandes guerreiros, líderes religiosos, políticos, cientistas de renome ou revolucionários.

À medida que as sociedades se complexificam, produzindo-se uma maior divisão social do trabalho e estratificação social, as identidades se diferenciam em torno de diversas afiliações, associadas às mais variadas inserções: na família, na divisão social do trabalho, no sistema político e cultural. Por exemplo, até tempos recentes, a mulher era despossuída de direitos de propriedade e autonomia; o primeiro filho varão era privilegiado na distribuição da herança, e o filho “bastardo”, marginalizado. As identidades coletivas, portanto, são formadas por várias camadas, relacionadas a diversas filiações superpostas, gerando, por vezes, demandas conflitivas.

A sustentação no tempo de novas identidades depende da criação de instituições, formais e informais, que assegure a transmissão das narrativas e práticas do grupo aos novos adeptos, e muitas vezes aos filhos, bem como preserve mecanismos que mantenham a comunicação (vertical e horizontal) entre seus membros e assegure o controle social, incluindo mecanismos punitivos.

Nas sociedades complexas, o poder político e o clero foram os principais guardiões das identidades coletivas dominantes. Nos tempos modernos, cumpre às instituições do Estado estabelecer o sistema normativo e punitivo para definir quem é ou não cidadão do país, regulamentar profissões, judicializar relações de

família, decretar feriados nacionais e promover, através do sistema educacional e de políticas culturais, uma visão da história do país.

Identidades individuais

Como indicamos no capítulo anterior, a cultura interpela os humanos enquanto indivíduos, mas a representação do que é a individualidade muda de acordo com o contexto sociocultural.

As identidades individuais se constroem a partir das identidades coletivas, porém, não se reduzem a elas. São sempre versões particulares de identidades coletivas, nas quais exercem um papel central as comparações entre os membros do grupo e o lugar que ocupam dentro dele.

As coordenadas principais sobre as quais se constituem as identidades individuais, desde tempos imemoriais até nossos dias, são dadas, em primeiro lugar, pelas circunstâncias do nascimento. Com o desenvolvimento das sociedades complexas, as coordenadas geralmente incluem a família, o sexo, a classe ou estrato social, religião, etnicidade e território. Ou seja, as identidades estão associadas a **filiações**, sendo a família, e o lugar que se ocupa dentro dela, matricial na formação das identidades individuais.

Nas relações entre os grupos, o mesmo indivíduo pode ter julgamentos opostos: alguém definido por seu grupo como um fiel devoto pode ser considerado um pagão por outro, ou o empregado pode ser visto pelo patrão como um preguiçoso, enquanto, para o empregado, ele seria um explorador. Ou seja, as identidades individuais são sempre situacionais, dependem do olhar mútuo e de quem define quem.

Por trás de toda identidade individual, encontram-se diversas identidades coletivas, mixadas e vividas de forma particular. As identidades individuais são sempre experiências únicas de vivência da identidade coletiva, de forma que nenhuma biografia se reduz a seu contexto social, ainda que seja incompreensível sem referência a ele.

Diversos estados de consciência, presentes em certas práticas espirituais, ritos religiosos, uso de alucinógenos ou psicotrópicos, relações amorosas ou eventos coletivos de alta intensidade (como manifestações de rua, danças ou jogos de futebol) reduzem ou eliminam o sentimento de individualidade. As novas formas de identidade tecnicocêntrica, tema que trataremos no capítulo final do livro, possivelmente exigirão o desenvolvimento de novos conceitos para se compreender a formação de identidades nos tempos por vir.

A subjetividade

A subjetividade abriga o universo do pensamento, memória, sentimentos. Os sentimentos e emoções são conscientes, porém, não são produtos da volição ou da reflexão, e representam a dimensão mais complexa da vivência humana, pois não são deduzíveis das formas simbólicas de linguagem ou dos raciocínios lógicos. Os sentimentos estão presentes, de forma diluída ou intensa, em praticamente todas as interações sociais e são componentes fundamentais na formação das identidades, individuais e coletivas. Diferentes da linguagem, nem por isso deixam de ser parte da cultura, que os molda, indicando o significado do sentimento, associando-o a nosso sistema de julgamento. Sentimentos são vivenciados de forma particular por cada pessoa, e, no limite, são inenarráveis.

A subjetividade está longe de ser um conjunto coerente; boa parte dela se encontra em estado latente, podendo ser mobilizada por experiências pessoais e coletivas. Moldada pela cultura, no entanto, constitui a dimensão mais profunda e básica da individualidade humana, nunca totalmente reduzível a formas de linguagem, inclusive quando dela se aproximam obras artísticas e literárias.

A “subjetividade” é um espaço mental (com extensões somáticas) no qual os humanos vivenciam sua

experiência de estar no mundo, produto de serem parte da sociedade e da natureza e, e ao mesmo tempo, separados deles. Nela se abrigam, muitas vezes de forma não consciente, as memórias mais variadas de vivências passadas, transmitidas ou vividas no interior da família ou do grupo, e que podem ressurgir à superfície em situações variadas.

A subjetividade é, portanto, um espaço de liberdade e de conflitos internos, no qual a cultura é vivenciada de forma individual. Liberdade não no sentido de um conceito moral, ou que dependa de nossa vontade e controle, mas de um espaço nunca reduzível ao que aparece nas interações sociais.

O conjunto de fenômenos neuropsicológicos que constitui o substrato material da condição humana pode explicar relações causais entre estados de ânimo e seu fundamento bioquímico, porém, não dá conta do sentimento que o ser humano tem de sua existência.

Os indivíduos são vetores que reproduzem e transmitem a cultura recebida, ao mesmo tempo que agem constantemente sobre ela, num processo que se acelerou, como veremos, no mundo moderno. Cada cultura produz formas diferentes de subjetividade, assim como de mecanismos de controle – incluindo os mais diversos métodos repressivos – sobre as tendências transgressoras das normas sociais estabelecidas. Contudo, desde

os primórdios da humanidade, são testemunhas anônimas da imaginação e da ação dos indivíduos as pinturas rupestres, as invenções práticas, as cosmologias e condutas transgressoras, muitas vezes absorvidas pela sociedade e transformadas em “novo normal” (como foi o caso de tantos transgressores: fundadores de religiões, artistas, filósofos, cientistas ou estadistas).

Subjetividade e identidades

Enquanto as identidades individuais e coletivas se expressam na interação social, a subjetividade representa o conjunto de processos mentais que se desenvolvem no interior dos indivíduos, povoado por um fluxo de pensamentos, sensações, emoções, sentimentos, desejos, fantasias e criatividade, únicos a cada indivíduo.

Se as identidades estão presentes na subjetividade, ao mesmo tempo não se reduzem a ela. No interior da subjetividade, processam-se sentimentos, ideias, insatisfações, frustrações, e revoltas com as exigências identitárias, que não chegam necessariamente a ter expressão na interação social, mas que podem aparecer em circunstâncias pessoais ou coletivas. Imersas em vários afetos, valores e interesses, as decisões individuais e coletivas respondem a uma variedade de motivações, nem sempre transparentes, inclusive para aqueles que as tomam.

O reconhecimento da subjetividade como um espaço de conflito que pode se expressar em condutas transgressoras e/ou questionadoras da ordem estabelecida está presente, em formas variadas, nas mais diversas tradições religiosas. Por vezes, as transgressões são explicadas como a possessão do corpo por deuses, satanás ou “maus” espíritos, dando lugar a diversos ritos de exorcismo.

Em tempos “normais” – isto é, quando os mecanismos sociais de dominação e coesão social reprimem, cooptam, marginalizam e/ou eliminam expressões de questionamento da ordem dominante nos mais diversos campos da vida social –, os mal-estares da subjetividade individual não possuem maior relevância histórica ou sociológica. O tema passa a ocupar um lugar central quando líderes religiosos, políticos, intelectuais e/ou religiosos conseguem traduzir e canalizar os mal-estares em direções que des/re/configuram o sistema de crenças da sociedade, levando com eles setores da população. Exemplos históricos são figuras como Jesus, Maomé, Moisés, Lutero, Mussolini, Lenin, Hitler ou Mao (a lista, obviamente, não possui julgamento de valor em relação a personalidades tão diferentes).

Max Weber as chamava de figuras carismáticas, capazes de produzir mudanças sociais profundas. Na perspectiva de Weber, o retorno da ordem – tradicional ou burocrática – se daria pelo que chamou de “rotinização

do carisma”, com a criação de instituições que se apropriam da mensagem original e criam regras e rotinas institucionalizadas. Obviamente, reduzir a mudança social à persona do líder não se sustenta, pois ignora-se o contexto social que permite sua emergência, sem mencionar que, em muitos movimentos sociais, não há uma figura de proa. Mais ainda, há de se perguntar se há algo intrinsecamente extraordinário nessas pessoas, ou se elas, catapultadas pelas sociedades, transformam-se em pessoas “carismáticas”. Ou, de forma diferente, caso existam qualidades “carismáticas” em certas pessoas, certamente, a maioria absoluta delas não passa para a história.

Todas as sociedades complexas tiveram que conviver e definir limites de contenção e canalização da criatividade individual para que ela não pusesse em questão as crenças estabelecidas. Os formatos foram os mais variados. Por exemplo, no mundo helênico, o espaço de liberdade de reflexão foi muito amplo, e a pergunta do que é a verdade e a boa vida produziu respostas diversas, que continuam sendo atuais, embora não possamos esquecer que Sócrates foi condenado por desviar a juventude dos deuses de Atenas.

Como indicamos no Anexo 1, o monoteísmo significou, em vários sentidos, um fechamento cognitivo ante a visões diferentes de mundo, reduzido aos textos considerados sagrados. No catolicismo, interpretações

divergentes ao do Papado sobre o conteúdo dos Evangelhos sempre correram o risco de serem consideradas heréticas. No judaísmo rabínico, interpretações, questionamentos e respostas criativas do texto bíblico deviam ter como referência os Livros Sagrados e as interpretações dos antepassados.

Identidade, subjetividade e dominação

A cultura sempre está associada a formas de disciplinamento do corpo/mente e, portanto, à repressão de impulsos e desejos na contramão das normas estabelecidas, com tratamentos punitivos para membros discordantes.

Manter uma ordem social em que o disciplinamento dos corpos/mentes esteja associado ao acesso diferencial à riqueza social exige um sistema cultural que legitime as desigualdades e seja aceito e, quando não, temido, pelos grupos desfavorecidos. Legitimação que se inicia nos processos de socialização primária, quando a criança descobre seu lugar na sociedade por identificação com seus pais, até formas altamente elaboradas de justificação intelectual de por que o mundo deve ser aceito como é.

Sistemas de justificação da ordem social nunca estão dissociados de punição do corpo/mente, desde a

aplicação de castigos físicos até a crença na ida para o inferno após a morte. A interiorização da ordem estabelecida sempre está associada, em maior ou menor grau, ao medo de punição, caso as normas estabelecidas sejam transgredidas.

Ao longo da história, muitas vezes por longos períodos e situações que se estendem até o presente, tiveram um papel central as identidades criadas pelos grupos dominantes para exercerem seu poder, como considerar o masculino superior ao feminino, o negro como uma raça sub-humana que poderia ser escravizada ou discriminada, ou associar povos e culturas dominadas ou julgadas inimigas a todo tipo de estigma que autorizasse que fossem perseguidos, maltratados e, inclusive, eliminados.

A formação das identidades coletivas e individuais durante a história das sociedades complexas está impregnada de relações de poder que visam à reprodução da ordem social. No limite, tratava-se de negar a própria humanidade dos grupos julgados subalternos, transformados em “coisas”, como no caso da escravidão, ou em seres inferiores, como no caso das mulheres. Na escravidão, o proprietário retira qualquer atributo de humanidade do escravizado, que é parte de um agrupamento social sem direito a afirmar sua identidade, seja como grupo ou como indivíduo.

Em escalas variadas, a identificação de um grupo como não possuindo um quantum de humanidade o transforma em objeto legítimo de maus tratos ou mesmo assassinato, incluindo as mulheres, as crianças, as minorias religiosas e, até hoje, todos aqueles que são objetos de preconceitos raciais, étnicos ou sexuais.

Tanto nas identidades coletivas como individuais, o principal instrumento de opressão simbólica é o da criação de estereótipos estigmatizantes. Através da estereotipagem, os indivíduos e grupos são reduzidos a uma única qualidade, que independe de seus atos. Quando os estereótipos cumprem uma função estigmatizadora, mobilizam mecanismos de narcisismo perverso, em que a valorização de si mesmo se apoia na desvalorização do outro.

Por mais que as formas de dominação sejam interiorizadas, nunca chegam a controlar o conjunto da vida subjetiva. A distância entre a imposição social e a subjetividade é o que torna possível as mais diversas formas de revolta individual e social. Nesse sentido, teorias como o *habitus* de Bourdieu ou da *subjetivação* de Foucault, que procuram explicar o consentimento dos sujeitos a práticas sociais de dominação, não conseguem dar conta de uma dimensão libertária igualmente presente na vida social.



3.

IDENTIDADES E HISTÓRIA

As categorias de identidade coletiva, identidade individual e subjetividade são elementos constitutivos dos indivíduos em todas as sociedades. Ao mesmo tempo, suas características e a forma pela qual essas três dimensões interagem mudam no decorrer da história das sociedades e dos diversos grupos sociais.

O nosso foco nos próximos capítulos é a relação entre as três dimensões na modernidade e, mais especificamente, nos tempos atuais. Não pretendemos, portanto, apresentar uma análise da diversidade de formas pelas quais se apresentam e se modificam nas diversas sociedades. Interessa-nos exemplificar as transformações identitárias no transcurso da história, em particular as promovidas pela expansão do poder geopolítico em grandes territórios.

Para os fins de nossa análise, utilizamos um modelo simplificado que separa estrutura tribais e sociedades

complexas organizadas em torno do Estado, que hoje sabemos insustentável. A passagem de formas tribais para sociedades organizadas em torno dos Estados foi um processo longo, que incluiu a formação de centros urbanos estáveis, expansão dos sistemas comerciais e inovações sociais e tecnológicas à margem dos centros de poder político-militar.⁸

À medida que se diversificam as identidades coletivas, as identidades individuais se tornam mais complexas, assim como a diversidade de trajetórias de vida, aumentando-se a distância subjetiva entre o indivíduo e o coletivo. Surgem novas formas de interação entre identidade coletiva e individual, nas quais se infiltram maiores espaços de criatividade e de relações conflituosas entre o indivíduo e as diversas comunidades nas quais está inserido.

Nas tribos, a individualidade é limitada pela convivência dentro de um grupo pequeno e homogêneo, deixando-se um espaço mínimo para a alteridade, projetada para tribos vizinhas com as quais é comum a guerra. Nas chamadas sociedades complexas e

8 A obra de David Graeber e David Wengrow. *The Dawn of Everything - A New History of Humanity*, Farrar: Straus and Giroux, 2021, apesar de apresentar algumas teses contestáveis, contém uma enorme quantidade de informação sobre os novos descobrimentos arqueológicos desse período da história.

hierárquicas, os indivíduos passaram a distinguir uma maior variedade de posições relativas, dentro da família e do sistema de estratificação social, além do surgimento da figura do “estrangeiro”, como os metecos na Grécia Antiga e o *zar* – זר – na Bíblia (o diferente que é teu vizinho).

Nas sociedades tribais, a identidade coletiva do grupo predominava na consciência e na conduta das pessoas. Seus membros eram munidos de um enorme repertório de conhecimentos sobre o meio ambiente, com destrezas práticas que lhes davam enorme capacidade de agir com autonomia, mas, na convivência social, a procura da distinção e diferenciação do restante do grupo era limitada pelas possibilidades de uma sociedade com reduzida divisão social do trabalho.

São universos culturais em que a noção do tempo era cíclica, as cosmovisões integravam a vida humana com a natureza, e as regras de vida e os ritos eram vividos como imutáveis. Nessas sociedades, com uma divisão de trabalho simples e um conhecimento acumulado reduzido, se comparado com os tempos atuais, os excessos “individualistas” eram frustrados pelo coletivo, como nos exemplos apresentados por Pierre Clastres, no caso das tribos das planícies do sul da América do Norte. Quando o chefe falava, os presentes ficavam de costas e, quando surgiam guerreiros extremamente valentes e audazes, eles eram

encorajados a enfrentar desafios cada vez maiores, até se dirigirem para a morte.⁹

A formação de reinos com estruturas sociais estratificadas e hierárquicas permitiu a acumulação de riquezas pelo poder central, acelerou a divisão do trabalho e o surgimento de instituições associadas ao poder político, militar e religioso. A dedicação exclusiva de um grupo ao trabalho intelectual expandiu o conhecimento e acelerou a introdução de inovações em todas as esferas – na produção, na construção, na organização da sociedade e na ordem política e militar –, o que permitiu a criação de grandes centros urbanos, o desenvolvimento de infraestruturas e a expansão do comércio interno e externo. Esse conjunto de transformações, cristalizadas em estruturas políticas de longa duração, possibilitou o surgimento das chamadas grandes civilizações.

Se retiramos da palavra civilização qualquer conotação normativa positiva, ela se refere a um momento de inflexão da história humana – que se estende até nossos dias – de surgimento de estruturas políticas com capacidade militar de se impor sobre grande número de populações e espaços geográficos. Cria-se um

9 Pierre Clastres, *A sociedade contra o Estado*, disponível em <https://we.riseup.net/assets/71282/clastres-a-sociedade-contra-o-estado.pdf>

ambiente de encontro e intercâmbio entre povos diferentes e com o exterior, dos quais se extraem tributos, produzindo transformações sociais e culturais que se modificam ou cristalizam novas identidades coletivas.

Nesses novos contextos, a acumulação de conhecimento é muito maior do que um indivíduo poderia alcançar, e as relações entre subjetividade individual e a intersubjetividade do grupo passam a ser mais complexas.

À medida que as relações sociais se diversificam, aumenta o número de papéis sociais que os indivíduos desempenham na sociedade, bem como a diversidade de expectativas e normas associadas a eles. Cada papel social exige do indivíduo uma identidade diferente, associada às expectativas que os outros têm do lugar que ele ocupa no tecido social.

A história das formas de individualização nas sociedades pregressas, idealizada nas figuras de heróis militares e estadistas, filósofos e líderes religiosos, tem como referência uma minoria da população, em geral masculina oriunda dos setores dominantes. Ainda assim, com o aumento das interações sociais – o surgimento de novas profissões e o aumento do intercâmbio comercial, permitindo, inclusive, a mobilidade social –, abre-se espaço para a iniciativa individual das populações não escravizadas. Com a diversificação das relações sociais

e sua maior imprevisibilidade, aumentam as exigências de autonomia reflexiva e decisória dos indivíduos e, por extensão, a consciência de si como separado do grupo.

O poder central, além de reordenar os sistemas sociais, de forma que lhe fosse prestada vassalagem, sustentava-se em cosmovisões que penetravam nos povos subordinados. Nessa transição, as culturas locais e as religiões sofrem importantes transformações. Nas mitologias, surgem deuses com características similares às dos reis, que, por sua vez, eram considerados semi-deuses, quando não divindades. No Império Romano, punia-se de forma mais severa o delito de jogar propositadamente no chão uma moeda com a esfinge do imperador que o de blasfemar contra os deuses.

O impacto dos novos poderes centrais sobre os povos dominados foram os mais diversos. Para citar apenas alguns exemplos, os assírios destruíam os tecidos sociais dos povos subjugados pela transferência de populações para outros territórios, enquanto uma prática comum entre babilônios e persas era enviar a elite do grupo dominado para integrar a corte do imperador. No caso do mundo helênico, a colonização de novos territórios se dava pela criação de pólis, centros urbanos que reproduziam o estilo de vida das metrópoles, prática que foi continuada pelos romanos nos mais diversos cantos do Império.

Igualmente, deram-se processos inversos, de absorção da cultura local pelo poder militar vitorioso, como os hititas no Egito ou os mongóis na China, ou o panteão helênico pelos romanos. Surgem até situações inéditas: o aramaico, língua de um povo minoritário, foi por séculos a língua franca no Oriente Médio, e a penetração do budismo, surgido na Índia, em grande parte do Leste Asiático, se deu por mecanismos que não envolveram conquistas militares.

Não podemos falar de tipos de individualização em sociedades diferentes sem deixar de lembrar que, durante boa parte da história, até os tempos modernos, as formas de individualização eram muito diferentes entre os vários estratos da população. Certamente um aristocrata romano que participava da vida do Senado ou um “homem livre” que frequentava a Ágora ateniense eram indivíduos muito diferentes da massa de escravos que os serviam, considerados objetos, e o mesmo vale para o lugar subalterno reservado às mulheres. Enquanto os primeiros tinham acesso a diversas fontes de conhecimento, interagiam com grande diversidade de pessoas, possuíam múltiplos espaços de ação autônoma e deviam tomar decisões sobre temas complexos, não era o caso de boa parte da população escravizada, camponesa ou feminina. Dessa forma, a individualização, no sentido de autonomia, diferenciação e reflexão associadas às

decisões cotidianas, geralmente foi maior no grupo dominante (em particular o masculino) que nos grupos subalternos.

A complexidade crescente das sociedades e a formação de estruturas estatais levaram, em maior ou menor extensão, à absorção das funções de ministrar justiça pelo poder central. Por exemplo, no Império Romano, entre os povos conquistados, delitos menores eram legados aos sistemas locais de justiça, sendo monopólio do poder romano as situações que implicavam pena de morte ou quando se tratava de cidadãos do Império. A existência de estruturas de dominação, seja de classes sociais ou de povos, provocou, igualmente, o aumento da complexidade das estruturas morais dos indivíduos. Por um lado, eles respondiam às normas impostas pelo poder central; por outro, mantinham suas próprias tradições. Situações conflitivas que alimentaram as mais variadas revoltas e protestos sociais.

As “civilizações”

A ideia de “civilizações” é um conceito que deve ser tomado *cum grano salis*. Por exemplo, a partir do quarto milênio a.C., o Mediterrâneo e o Oriente Médio formaram um caldeirão no qual circularam e se interinfluenciaram constantemente as diversas civilizações, de forma que nenhuma delas pode ser considerada um universo fechado.

A difusão de inovações em todas as áreas da vida social foi um processo mais amplo que o determinado pelo poder político. Elas se deram pelo comércio, pela migração de populações e indivíduos ou por simples contatos entre os povos. A importância dos reinos e impérios foi de unificar amplos territórios, além de concentrarem recursos que lhes permitiram desenvolver conhecimentos aplicados, tanto à produção, às obras de infraestrutura e urbanismo, quanto à organização do Estado.

A lista, certamente não exaustiva, de civilizações passadas, algumas delas contemporâneas, inclui as civilizações Suméria, Assíria, Babilônica, Egípcia, Kush, Grega, Fenícia, Persa, Judaica, Helênica, Romana, Hindu, Chinesa, Maia, Inca, Asteca, Islâmica, Axumita, Mali, Songai, Congolesa, a Cristã Europeia Medieval e as modernas.

A característica particular da modernidade, como processo civilizatório, foi a de ter sido veiculada inicialmente por Estados nacionais europeus, que constituíram o que poderíamos chamar de “minicivilizações”, no interior de um processo de unificação política, econômica e cultural em escala global.

Cada uma das civilizações pode ser analisada, até certo ponto, como unidade com características próprias diferenciadas das outras e em cujo interior, pelos menos

no que se refere aos grupos dominantes, mantinha-se alguma unidade de cosmovisões. Ainda assim, não podemos esquecer que todas elas são produto da circulação constante dos mais diversos saberes. Para dar só alguns exemplos, o judaísmo sofreu uma enorme influência da cultura babilônica, enquanto o cristianismo, além de suas raízes judaicas, absorveu componentes da cultura greco-romana e do zoroastrismo. Sem deixar de lembrar que os mitos fundacionais se repetem com variações nas mais diversas religiões.

A ideia de singularizar as civilizações pode servir para caracterizar universos culturais com características próprias, em geral, mas nem sempre, delimitados por territórios e períodos históricos. Contudo, produzem ilusões óticas se vistas, conforme certas filosofias da história, como universos fechados ou etapas evolutivas. A história da humanidade é a história da espécie humana, no interior da qual os diferentes grupos produziram identidades coletivas, nas quais o poder político-militar quase sempre exerceu um papel central.

A imposição de uma visão religiosa única aos povos dominados é um fenômeno relativamente recente, associado à expansão das religiões monoteístas. Primeiro do cristianismo, quando transformado em religião de Estado pelo Império Romano, e, posteriormente, do

Islã. Somente eles se dedicaram a converter sistematicamente todas as populações dominadas.

Sob a égide de potências europeias, a partir de 1492, o processo de colonização das mais diversas populações e culturas alcança os diversos confins do mundo. Processo inicialmente liderado pelos Reinos Ibéricos, a hegemonia cultural se dá sob o signo da língua (espanhol e português) e da cruz, competindo ao clero da Igreja Católica promover a cristianização dos súditos.

Enquanto a conquista das Américas no século XVI se deu em nome do cristianismo, a “civilização ocidental”, como conceito unificador da política colonial dos Estados europeus, só ganha força com a expansão imperial da segunda metade do século XIX. A partir de então, as mais diversas culturas do planeta foram impactadas pela “cultura ocidental”.

Com a generalização da forma Estado-Nação, surgem no sistema internacional novas modalidades de conflitos entre estados e tradições civilizatórias. Por exemplo, no mundo muçulmano, convergem e divergem as dinâmicas políticas e culturais dos Estados nacionais, o espaço dos países de língua árabe e o mais amplo formado por seguidores da religião muçulmana (denominada H'uma, o povo/nação), com divisões que atravessam fronteiras.

Foi na imagem de Estados nacionais que outorgaram a cidadania a seus habitantes que se espelharam todos os povos colonizados nas suas lutas pela independência, e que levou à constituição do atual sistema internacional. Se os ideais da modernidade vieram misturados com a brutalidade da imposição colonial, eles representam uma reviravolta em relação ao que tem sido a história das civilizações. A associação histórica com o colonialismo, o racismo e o patriarcalismo não invalida, a não ser que se acredite em pecados originais, a singularidade do percurso histórico da chamada civilização ocidental, que, concorrendo com processos de dominação, disseminou valores humanistas e democráticos, mobilizados pelos grupos dominados.



Embora os mecanismos de imposição do poder imperial tenham sido diversos, todos impactaram na aceleração do processo de difusão de inovações, desde tecnologias até cosmovisões, influenciando, direta ou indiretamente (inclusive na forma de reação contra a cultura dominante), as cosmovisões dos grupos dominados. Eles permitiram a acumulação de riquezas e de recursos humanos que levaram a inovações em todas as áreas da vida social, incluindo novas tecnologias sociais – desde a moeda até a organização do poder político.

Nos grandes espaços criados pelos impérios, apesar do enquadramento dado pela tradição, isto é, o peso das normas estabelecidas e sagradas, expandem-se as possibilidades de condutas transgressoras. A transgressão, inclusive, passa a ser tematizada nas narrativas religiosas, seja na figura do titã Prometeu, que enfrenta o todo-poderoso Zeus e transfere aos humanos o fogo divino, ou de Eva, que come o fruto da árvore do conhecimento, desobedecendo à proibição de Deus. Elas indicam que a liberdade individual, ainda que levasse ao sofrimento eterno de Prometeu e a expulsão do paraíso do primeiro casal, era concebida como possível, e suas consequências, decisivas para a humanidade.

Aliás, o relato bíblico é dominado pelo que hoje chamaríamos de condutas transgressoras. A construção da Torre de Babel, o abandono da casa do pai por Abraão para criar uma nova religião, a apropriação por Jacó da progenitura de seu irmão Esaú, o enfrentamento de Moisés ao Faraó, o adultério de Davi com Betsabá, esposa de Uriah, enviado para a guerra para subtrair-lhe a esposa, são alguns exemplos de uma extensa lista de transgressões, que inclui, no Novo Testamento, a luta de Jesus contra o *establishment* da época.

Minorias cognitivas

As minorias cognitivas são comunidades ou indivíduos capazes de sustentar crenças fundadas em princípios divergentes das dominantes, isto é, de suportar a dissonância cognitiva.

Apesar da importância das estruturas de poder na imposição de visões de mundo, na história humana as minorias cognitivas ocupam um papel importante por sua capacidade de sustentar discordâncias. Trata-se de uma característica de certas etnias, e de grupos e indivíduos que atuam na vanguarda das mais diversas áreas do conhecimento e atividades (artística, religiosa, política, tecnológica e econômica).

Minorias cognitivas que conseguiram manter cosmovisões diferentes das dominantes, como os adeptos do Zoroastrismo, os judeus e os ciganos, desenvolveram estratégias de convivência que exigiam sustentar as próprias crenças e, ao mesmo tempo, entender os códigos do grupo dominante para desenvolver estratégias de sobrevivência. A capacidade de sustentar identidades coletivas de longa duração esteve acompanhada de práticas sociais diferenciadoras, como a endogamia, leis dietéticas e formas próprias de separar o puro do impuro, que fortaleciam a distância do grupo do restante da sociedade.

Em alguns casos, como no dos cristãos, depois de séculos em que formaram uma minoria cognitiva perseguida, a associação com o poder político os transformou em algozes de outras minorias, inclusive as que surgiam no seu interior, enquadradas como heréticas.

Se, na história pregressa, a capacidade de conviver com a dissonância cognitiva era uma prática restrita a certas minorias, numa sociedade globalizada, a disseminação de tal capacidade representa o grande desafio de nosso tempo.



4.

IDENTIDADES NA MODERNIDADE

A modernidade marca um ponto de inflexão no modo pelo qual o indivíduo é representado pela sociedade. Desde os primórdios da história humana, as comunidades e os indivíduos interpretavam suas ações e acontecimentos – do mundo social ou natural – como determinados por espíritos, deuses, anjos e demônios. A partir da formação das sociedades complexas, socialmente estratificadas e erguidas sobre sistemas políticos centralizados, o poder passou a adquirir características sagradas, protegido e ungido pelos deuses, enquanto os deuses assumiram características de monarcas.

Os acontecimentos adversos na vida das pessoas e dos povos eram vividos como punições, e os favoráveis, como dádivas dos deuses ou dos espíritos, isto é, fora do controle da ação humana. A eles estava associada a realização de ritos, as oferendas e os sacrifícios como forma de acalmar as forças supranaturais e/ou obter delas a proteção.

Em uma sociedade em que impera o transcendente, os eventos mais diversos são interpretados como produto do destino, isto é, de uma força além do controle e da compreensão humana, o que implica um componente de fatalismo e resignação ante os avatares da vida individual e coletiva. Não que essa visão eliminasse a iniciativa pessoal, mas o marco interpretativo último do sentido dos percursos individuais e coletivos tinha como referência um mundo transcendental e sagrado.

Nas civilizações não modernas, as diversas formas de atividades, incluindo as artísticas, estavam associadas ao transcendente. Certamente, as sociedades procuravam mobilizar conhecimentos e recursos práticos para enfrentar imprevistos (doenças, guerras, desastres naturais). No entanto, depois de acontecidos, eles eram explicados como parte de um designo superior que se encontrava fora do controle humano. Até hoje, persistem ditos populares que criam pontes entre dois mundos, como “te ajuda que Deus te ajudará” ou “vou fazer, com a ajuda de Deus”.

As cosmologias se fusionavam com a vida política, ou nas revoltas sociais, na forma de movimentos milenaristas, messiânicos ou de chegada do “fim do mundo”, ou a serviço de estruturas de poder: reis eram coroados pela “graça divina”, guerras eram justificadas em nome da “causa de Deus”.

A modernidade quebra, de forma radical, a unidade entre o transcendente e o mundano. Embora alguns sistemas de crenças fizessem distinções entre ambos, a chave de interpretação última dos acontecimentos do mundano tinha como referência forças transcendentais, incontroláveis.

A expressão mais profunda dessa transformação foi a **transferência do julgar**, anteriormente referido a princípios estabelecidos pela tradição (encarnados na autoridade religiosa, monárquica e/ou patriarcal), aos critérios e decisões de cada indivíduo e da sociedade, orientados pela reflexão fundada na razão. Não que o sistema legal e punitivo do Estado, além de outros fatores de controle social, não estivesse presente, mas a vivência e a justificativa do julgamento passou a ser da ordem do indivíduo, responsável por seus atos.

Essa nova forma de individualização foi produto do efeito conjunto de uma tripla revolução interligada: a científica, a democrática e a capitalista. Através de um processo que levou séculos, e continua até nossos dias, que incluiu o humanismo renascentista, a luta contra o poder dos reis, o monopólio do conhecimento pelo clero e a Revolução Industrial, foi se cristalizando uma nova visão da ordem social. Deu-se lugar a uma profunda transformação das identidades e da subjetividade.

A revolução científica

A revolução científica, um processo que se inicia no Renascimento, criou um campo diferenciado e legítimo de produção de conhecimento, fundado na elaboração de hipóteses verificáveis empiricamente, abertas ao questionamento e à modificação. O mundo da ciência valoriza a curiosidade e a dúvida, indo ao encontro do ideal iluminista de indivíduos livres e autônomos.

O conhecimento científico, ao elaborar explicações sobre o mundo natural e social sem referência a fenômenos transcendentais, retirou o poder do clero de intérprete dos eventos da vida cotidiana, social ou natural.

A disseminação do pensamento científico retirou o manto do mágico e do sagrado ao qual a vivência cotidiana estava associada, produzindo o que o sociólogo Max Weber chamou de *desencantamento do mundo*. No percurso da formação das sociedades modernas, de forma mais ou menos radical, o transcendente foi escorrendo do cotidiano para dar lugar à ciência como o principal horizonte explicativo dos eventos da natureza e da sociedade, do corpo e da mente.

Se a ciência é um patrimônio comum da sociedade, ela é compreensível somente para setores minoritários. E se dela se esperam resultados práticos, a opacidade de teorias científicas que pouco ou nada dizem à subjetividade individual – com suas emoções, medos e

angústias diante do imprevisível – cria uma enorme distância entre a racionalidade “fria” da ciência e o mundo subjetivo das pessoas.

Se a ciência se impõe pela eficácia de seus resultados, além das limitações de seu conhecimento, ela não oferece respostas ao sentido da vida nem protege contra eventos imprevisíveis ou probabilísticos. Testemunha das dificuldades de conviver com imprevistos, a boa sorte ainda é chamada de milagre, embora, em geral, o azar tenha deixado de ser considerado de origem divina (o lado punitivo de Deus foi, em grande medida, abandonado no repertório da religiosidade contemporânea, e eventos negativos são tratados como “tragédias”).

A ciência aumentou enormemente os recursos disponíveis para as sociedades enfrentarem a escassez material e as doenças, mas o que ela oferece em eficácia prática perde em capacidade de dar sentido último ao conjunto dos eventos da vida (e da morte) das pessoas e coletividades, sentido oferecido por visões cosmológicas transcendentais. Sem mencionar que, muitas vezes, seus instrumentos se mostram extremamente precários quando se trata de eventos da vida social e pessoal. Desde projeções de risco político a prognósticos econômicos, passando por diagnósticos psicológicos e orientação vocacional, uma indústria de especialistas oferece produtos que procuram transmitir

um sentimento de previsibilidade num campo em que continua a reinar a incerteza.

A revolução democrática

A revolução democrática retirou a áurea transcendental que legitimava o poder político. Não mais ungido por Deus, sua legitimidade foi transferida à soberania popular, exercida nos limites de um território constituído pelo Estado nacional. Surge uma nova figura do indivíduo, o **cidadão**, titular de direitos assegurados pelo Estado, dotado de agência política exercida no **espaço público**. A noção de cidadania e da legitimação do poder em nome do povo (e não de uma instância transcendental) permeia os diversos regimes autoritários, fascistas, comunistas e, inclusive, está presente de forma atenuada em algumas teocracias contemporâneas.

Se, nos primórdios da revolução democrática, eram considerados “cidadãos plenos” unicamente os homens pertencentes às classes “proprietárias”, a cidadania foi se expandindo para outras classes sociais e para as mulheres. Um processo que foi produto de longas lutas sociais e que continua em aberto, pois a democracia é um sistema de direitos que permite a criação de novos direitos.

A revolução democrática desenvolveu instituições que estruturam o exercício do poder político e a atuação do Estado: Constituição, divisão de poderes e um sistema representativo escolhido em eleições periódicas. Em paralelo, foi fundamental a formação de um sistema de produção e difusão de informação jornalística e de uma sociedade civil ativa, em particular de organizações sindicais e corporações profissionais.

A democracia permitiu, pela primeira vez na história, o empoderamento, ainda que relativo, dos grupos subalternos, permitindo que as lutas sociais transformassem o trabalhador em uma categoria social reconhecida e organizada autonomamente, com instrumentos legais para defender seus direitos. Um processo que levou a estender os direitos do cidadão do campo civil e político ao socioeconômico.

No centro da revolução democrática, encontra-se a criação do espaço público, no qual os indivíduos intercambiam livremente opiniões e se organizam para influenciar e transformar a sociedade. Esse espaço público se constituiu em torno de novas formas de comunicação, possibilitadas por inovações tecnológicas. Inicialmente, os jornais impressos, depois o rádio, a TV e a Internet, foram fundamentais para o surgimento de um novo tipo de identidade coletiva. Eles agem de forma difusa e distantes dos meios tradicionais de imposição de visões de mundo, e foram fundamentais

na construção da coesão social e da vivência cotidiana das pessoas. A circulação constante de informação nas mais variadas áreas, como na política, nos esportes, bem como a popularização da ciência e uma indústria cultural que promove narrativas, estéticas, estilos de vida e personagens “famosos”, continua sendo fundamental para a coesão social, embora, como veremos, tenha sido fragilizada pela expansão da informação que circula nas redes sociais.

A revolução capitalista

A Revolução Industrial, associada ao capitalismo e ao conhecimento técnico-científico, permitiu um aumento constante da produtividade, da especialização e da divisão do trabalho, transformando radicalmente as sociedades. As relações de intercâmbio, sejam de bens, serviços e trabalho, passaram a ser organizadas em termos contratuais e monetários, e a mercantilização penetrou nas mais diversas esferas da vida social.

O cálculo monetário passou a atravessar os diversos poros da sociedade. A quantificação e o cálculo estratégico, em termos de ganhos e perdas presentes em cada situação, produziram indivíduos que, na expressão de Albert Hirschman,¹⁰ substituíram as paixões

10 *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

pelos interesses, ou, para ser mais preciso, as reações emocionais se relacionaram a outros valores. A honra, por exemplo, deu lugar a um valor central: o cálculo econômico. Isso não significa que outros valores e emoções tenham sido eliminados, já que, como veremos, continuam a se expressar na esfera privada e pública.

A renda associada ao lugar que as pessoas ocupam no sistema produtivo e o patrimônio são centrais na formação de classes e estratos sociais. Constituem um componente central na formação das identidades coletivas na sociedade capitalista. Identidades coletivas submergidas em relações de poder, não só no campo do trabalho e do emprego, como nas relações com as instituições do Estado, que funcionam como marcadores culturais, associados, por vezes, a estigmas sociais

O indivíduo moderno, membro de uma sociedade capitalista democrática, é um cidadão com direitos iguais (pelo menos formalmente, pois, nas instituições, continuam presentes o status econômico, o patriarcalismo e o racismo), mas também um agente econômico, que participa do mercado de trabalho e de consumo, com um poder diferencial, de acordo com suas posses (principalmente de seu patrimônio material e de seu capital cultural e social). Ou seja, enquanto cidadão, ele é um igual; enquanto agente econômico, ocupa um lugar dentro de relações assimétricas.

Uma nova visão e vivência da temporalidade

A ciência e a Revolução industrial, associadas à democracia, não só transformaram as relações sociais, como criaram uma temporalidade, cristalizada na visão da passagem do tempo como **progresso**. As sociedades teriam entrado num novo estágio, o da história humana e de suas realizações. Visão distante da passagem do tempo como um movimento circular de eterno retorno, ou da esperança judaica na chegada do Messias, ou da segunda vinda e do fim dos tempos do cristianismo.

A visão moderna do tempo é linear: a expectativa, tanto para os indivíduos como para as comunidades, é que o futuro será melhor que o passado. Ao mesmo tempo, as promessas do futuro estão prenhes de incertezas, pois ele depende da ação humana, para a qual não existem garantias de sucesso.

A ciência, o sistema político e o econômico são esferas de poder com identidades, instituições, valores e interesses diferenciados, embora inter-relacionados. Apesar de sistemas de legitimação diferenciados, compartilham a crença no papel dos indivíduos de agir livremente nos seus campos de atividade. Seja o pesquisador que procura avançar as fronteiras do conhecimento, sejam os cidadãos que participam ativamente no espaço público, seja o empresário inovador ou o trabalhador

que procura melhorar sua situação. Todos eles se orientam por uma temporalidade na qual a expectativa é de que amanhã saberemos mais, teremos mais riqueza e viveremos numa sociedade melhor que a atual. Temporalidade que, como veremos, entrou em crise nas últimas décadas.

As identidades na modernidade

O ponto de partida da construção de identidades, individuais e coletivas, nas sociedades contemporâneas, é dado pelo poder legal do Estado. A identidade nas sociedades contemporâneas se sustenta nas instituições jurídicas do poder público. A partir do nascimento, os indivíduos passam a ser definidos como tais por um ato legal que os identifica com um **nome, sexo, data e local de nascimento e filiação**. Tal identificação será fundamental na construção de suas identidades, além de transformá-los em titulares de direitos e obrigações, incluindo os relacionados à família, da qual são legalmente membros. A partir de sua inserção legal, cada cidadão se identifica, à sua maneira, com o acervo “cultural” (linguagem, música, história, gastronomia, esportes) e com os avatares da sociedade nacional.

A nacionalidade, não na sua versão ideológica, o nacionalismo, mas como expressão do poder institucionalizador do Estado, é a matriz dentro da qual se formam as identidades nos tempos modernos. Em

seu interior, forma-se a diversidade de identidades coletivas e individuais.

A comunidade básica inicial e que acompanha a vida dos indivíduos é a família. Embora os laços afetivos possam variar enormemente, no entanto, em geral, é um espaço fundamental no qual os indivíduos procuram reconhecimento e solidariedade.

Alicerçadas nas identidades de base (o Estado nacional e a família), desenvolvem-se as trajetórias das diversas identidades coletivas e individuais, marcadas por uma variedade de fatores: status socioeconômico, orientação sexual, capital cultural, “raça”, etnia, ideologia e tradição religiosa.

Os conflitos das identidades coletivas da modernidade

Transformados em agentes constitutivos de sociedade por força da cidadania, os indivíduos passam a ser parte de uma nova experiência da relação entre indivíduo e o mundo social, que Danilo Martuccelli caracteriza como *afetividade implicativa*. “A partir de suas vidas pessoais, os indivíduos se tornam radicalmente conscientes das maneiras pelas quais a sociedade os afeta. As sociedades modernas são sociedades de forte mobilização generalizada em todas as esferas da vida social, incluindo as esferas mais íntimas da

existência. Tudo isso acentua uma relação muito forte e sem precedentes entre o “eu” e a sociedade que explica a nova função das emoções”.¹¹

A afetividade implicativa coloca os indivíduos diante da necessidade de dar conta de demandas de uma sociedade que os interpela, ao mesmo tempo, como cidadãos iguais dentro de uma comunidade nacional fundada num sistema jurídico e em instituições que protegem direitos civis e políticos e como agentes econômicos com direitos de propriedade privada distribuída desigualmente, que produzem indivíduos desiguais – em termos de patrimônio, renda e inserção no mercado.

As várias identidades que o capitalismo democrático promove são, por vezes, complementares e, por vezes, conflitivas e afetam as diversas identidades pessoais, sejam religiosas, familiares ou políticas. Tanto quanto convergências, a relação entre elas cria divergências e conflitos, seja no âmbito político, seja no valorativo. Como argumentamos em detalhe num livro anterior¹²,

11 “Religião, democracia e escola na era das convicções pessoais”, em Sorj B. e Fausto S., *Educação, Religião e Democracia no Brasil*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2022, p. 45. Disponível em http://www.plataforma-democratica.org/Arquivos/Religiao_democracia_e_educacao_no_Brasil_Plataforma_Democratica.pdf.

12 “Em que mundo vivemos”, *Op. cit.*

a dinâmica do capitalismo democrático produz expectativas de igualdade que geram conflitos políticos e de valores, em torno de demandas distributivas e de grupos identitários que se sentem excluídos ou oprimidos. Conflitos que, por vezes, levam a priorizar interesses de ordem econômica ou valores de ordem moral ou religiosa em relação aos valores democráticos.

As formas pelas quais democracia e capitalismo se afirmaram e entraram em conflito e em diálogo entre si foram, e continuam sendo, um processo histórico complexo (que incluiu o uso extensivo da escravidão, a cidadania negada às populações coloniais, o voto limitado aos setores masculinos “proprietários” e a exclusão da mulher dos direitos civis e políticos). Com retrocessos, por vezes dramáticos, como foram os regimes fascista e nazista, sob uma perspectiva de longa duração, os valores democráticos se expandiram constantemente, pelo menos até os tempos atuais.

Foi em nome dos valores e expectativas igualitárias que sustentam as democracias que se deram e continuam se dando as lutas pela justiça social e pela dignidade humana. As organizações no mundo do trabalho ou a formação de partidos políticos que questionavam as ideologias dos grupos dominantes não seriam possíveis sem uma ordem social que considera legítima a liberdade de pensamento e a agência política dos cidadãos (ainda que a história efetiva esteja tingida por

repressão e perseguições a grupos que exigiam seus direitos). Isso vale para as lutas dos trabalhadores, contra o racismo, pelos direitos das mulheres ou pela livre escolha de orientações sexuais.

Identidades e subjetividade na modernidade

A modernidade se caracteriza por transformações constantes, gerando uma diversidade de relações sociais e de fluxos de informação que atingem os indivíduos que se pensam livres para procurar sua verdade, sem as referências, senão muito enfraquecidas, oferecidas pelas crenças religiosas e pela tradição.

Ao exacerbar os conflitos, pela perda de referências externas e pelas exigências de encontrar respostas individuais, a subjetividade passou a ser muito mais reflexiva e estratégica, aumentando a capacidade de se olhar “a partir de fora”, de questionar as certezas sobre si mesmo e as do meio social. A convivência social exige o cálculo permanente das consequências das ações, muitas vezes reprimindo a expressão das emoções, transformando a subjetividade no campo privilegiado da vivência do indivíduo moderno. Dela se exige elaborar constantemente decisões, usar a imaginação para encontrar soluções para os diversos problemas, absorver as múltiplas informações e responder às expectativas dos outros.

Não por acaso, a subjetividade se transformou no *locus* privilegiado da literatura nos últimos séculos, expressa nas obras pioneiras de Cervantes e Shakespeare. No campo da filosofia, a partir do século XIX, obras como a de Schopenhauer, Nietzsche, Heidegger, Sartre e Camus são exemplos de procura de sentido a partir do “interior” da individualidade de cada um.

Foi a penetração da obra de Freud que popularizou a noção de que nossa mente não se reduz à capacidade de raciocinar. Ela compreende também um espaço de pulsões e conflitos sobre os quais temos limitada ou nenhuma consciência e controle. O reconhecimento dessa dimensão não consciente e não racional da conduta humana foi apropriada pela publicidade comercial. Foi o sobrinho de Freud, Edward Bernays, que emigrou para os Estados Unidos nos anos 1920, quem passou a usar os ensinamentos sobre o inconsciente para promover o consumo. Levou, por exemplo, o cigarro ao mundo feminino através de fotos de mulheres fumando em poses de autoafirmação, que pretendiam expressar uma igualdade com os homens.

A subjetividade passou a ser um campo de angústia permanente, no qual afloram os medos diante de cada novo desafio (passar num exame ou entrevista, ser um bom pai ou mãe, manter o emprego ou conseguir outro, responder às expectativas das pessoas do círculo social), remetendo à procura do que cada pessoa

“realmente sente”, “realmente quer”, o que, muitas vezes, desemboca nas soluções mais diversas, algumas experimentadas no decorrer de uma vida, como terapias, drogas, álcool, paixões amorosas, espiritualidade ou ideologias políticas.¹³

A tensão entre identidades individuais e coletivas

O “mito fundador” da sociedade moderna é o indivíduo livre, responsável por suas escolhas e decisões (nenhuma Corte de Justiça aceita como explicação para o ato de um acusado sua possessão por Satanás). “Mito” que se sustenta na prática social e em instituições do Estado. Ele é o fundamento do sistema judicial e das relações sociais contratuais, que exigem dos indivíduos a responsabilização por suas ações. Ao mesmo tempo, “mito”, pois não é o indivíduo livre que antecede a sociedade e escolhe suas instituições, mas é a sociedade que define as normas e valores sociais e que institui os limites dentro dos quais os indivíduos são “livres”.

Na realidade, o indivíduo nunca é um indivíduo totalmente livre nem autônomo. Suas escolhas estão

13 O que não significa que a espiritualidade e as ideologias políticas possam ser reduzidas à angústia básica do homem moderno, mas, nem por isso, em maior ou menor medida, deixam de estar por ela impregnadas.

embebidas sempre de realidade externa. Ao mesmo tempo, quando procura se fundir com identidades coletivas, ele encontra no seu caminho exigências de se posicionar como indivíduo livre. Dessa forma, a modernidade gera uma tensão permanente entre a identidade individual e a identidade coletiva, vivida como tensão entre as demandas do social e a procura de um “eu” que marcaria uma particularidade irreduzível. A “crise de identidade” afeta tanto os indivíduos como as sociedades, pois o indivíduo não pode se descolar completamente de identidades coletivas, mas deseja definir, ele mesmo, o que significa ser parte do grupo, erodindo a unidade e coerência da identidade coletiva. Por outro lado, a erosão da identidade coletiva afeta a “estabilidade” da identidade individual, situação exemplificada por Franz Kafka, que, à pergunta se ele se definia como judeu, teria dito que não podia responder, pois ainda não sabia quem era ele.

As identidades coletivas e as individuais, estando relativamente descoladas, se encontram sempre em risco de que se quebre o equilíbrio precário entre elas. Risco que pode escorregar no afundamento do indivíduo numa subjetividade que não encontra pontes com a vida social ou na procura de identidades coletivas nas quais se anula a identidade individual.

Se, para eu ser eu, tenho de definir quem somos nós, e, se para definir quem somos, é necessário definir quem

sou, então, nem eu sou totalmente eu, nem nós somos totalmente nós. Em suma, nos tempos modernos, as identidades são identidades em crise, que navegam entre o individualismo extremo e a anulação do eu.

Nas sociedades democráticas, os mal-estares individuais e coletivos se expressam no espaço público pela ação coletiva, sejam partidos políticos ou organizações da sociedade civil. Para que a ação coletiva não destrua os cimentos da democracia, é necessário que todos os participantes compartilhem seus valores e os mecanismos para dirimir conflitos: o respeito às liberdades individuais e o pluralismo, bem como a aceitação dos resultados das eleições periódicas livres para a escolha de quem governará por um período determinado. A partir desses valores comuns, constroem-se identidades políticas, que se contrapõem umas às outras, e com as quais os indivíduos possuem níveis de identificação variável, identificação na qual intervêm o cálculo de interesses pessoais, elementos afetivos e valores.

Quando os partidos democráticos não produzem alternativas minimamente confiáveis, fortalecem-se propostas autoritárias que priorizam as identidades coletivas, ao preço de se diminuírem ou se anularem as identidades individuais. Por outro lado, à medida que o governo se apresenta como expressão da soberania popular, e a fábrica social continua agindo no sentido de individualizar a subjetividade, os regimes políticos que negam a

tensão entre a identidade individual e coletiva só podem se sustentar pela repressão sistemática do dissenso.

Impérios, Estados e civilização moderna

Se as civilizações geralmente se sustentam na força militar, elas não respondem necessariamente a um único centro de poder, como, por exemplo, no Egito faraônico ou no Império Romano e Chinês. Em alguns casos, os centros de poder podem ser múltiplos, como foi a cristandade medieval ou muçulmana, ou a civilização moderna. Ou seja, não podemos confundir civilizações com os centros de poder que as sustentam, embora eles se entrelacem das formas mais diversas.

A civilização moderna se expandiu a partir da Europa, refletindo a fragmentação de seus centros de poder. Assim, a modernidade foi disseminada pelo globo por diferentes Estados nacionais, que competiam entre si, fosse em torno de fronteiras nacionais, fosse pela repartição colonial. As relações de força entre os Estados eram díspares, e, durante boa parte do século XX, a Inglaterra se afirmou como principal sustentadora da ordem capitalista mundial, embora seu poder dependesse de complexas alianças com os Estados continentais.

No século XX, o modelo capitalista-democrático foi questionado no interior dos países centrais pelo

fascismo e, particularmente, pela Alemanha nazista, que se apresentava como questionadora da tradição humanista ao valorizar a violência e promover uma ideologia racista. Na periferia do núcleo central dos países modernos, a Revolução Russa de 1917 levou à criação da União Soviética, que se transformou, em particular depois da Segunda Guerra Mundial, num centro de irradiação de poder político e militar.

A disseminação da civilização industrial produziu transformações sociais que desorganizaram, em escala global, os sistemas sociais tradicionais de dominação ao transmitir ideologias políticas e valores que influenciaram, inicialmente, as elites sociais das colônias. As consequências dos encontros e desencontros entre os valores e ideologias políticas produzidos pelos países centrais e sua disseminação nos países da periferia do sistema foram as mais variadas. Por exemplo, a assimilação do socialismo europeu por elites revolucionárias de países periféricos levou à formação de Estados autoritários, como na Rússia e na China. Países nos quais a ideologia iluminista não estava enraizada, e a classe operária era minoritária. Ainda assim, o “comunismo real” influenciou profundamente o imaginário político do século XX, por representar um modelo de sociedade alternativa ao capitalismo.

Com o fim da União Soviética e as transformações internas da China, todas as sociedades, na atualidade,

se organizam em formatos diferentes do modelo capitalista. Nesse contexto, passaram a ser dominantes novas formas de questionamento da ordem capitalista democrática, seja pelo surgimento de tendências liberais no interior das democracias capitalista, seja pela ascensão de uma nova potência mundial, a China.

O poder militar dos Estados Unidos é a principal sustentação internacional da civilização capitalista democrática. Se, por um lado, ele representa valores civilizatórios que englobam o conjunto de países protegidos por seu guarda-chuva militar, por outro lado, não deixa de defender seus interesses particulares como Estado nacional. Tal duplicidade se expressa na política exterior estadunidense, que interpreta, de acordo com seus interesses, como e quando se trata de defender a civilização capitalista democrática.

O papel central dos Estados Unidos no sistema internacional não significa que a civilização capitalista democrática se reduza a ele. A civilização capitalista democrática não é um Império no sentido clássico de um centro com Estados vassalos. Ela é constituída por sociedades soberanas (dentro dos limites de um sistema internacional interdependente), nas quais o poder militar se faz presente em situações limite. Nelas, fluem e se tecem constantemente as mais diversas identidades culturais, nas quais o local e o global se entrelaçam.



5.

CRISE ATUAL DAS IDENTIDADES

Uma extensa bibliografia procura caracterizar o sentimento de viver nas sociedades contemporâneas. Algumas das obras discutem um traço, certamente relevante, embora muitas vezes saudosista de tempos passados. Os títulos sugerem a direção do argumento: *Sociedade do Cansaço*, *Sociedade do risco*, *A cultura do narcisismo*, *a Sociedade do Espetáculo*, *A sociedade em rede*.

No substrato das análises, encontram-se as mudanças sociais profundas do capitalismo nas últimas décadas: a concentração de riquezas e aumento da desigualdade social, a importância crescente do setor de serviços e diminuição do setor industrial, a automação, novas estruturas de emprego e de (tele) trabalho sem estabilidade e com sociabilidade limitada (colocando na ordem do dia a necessidade de atualizar a legislação trabalhista, de forma a incluir novas formas de

contratação, de organização sindical e o direito a ficar “desconectado” fora do horário de trabalho).

Agregada a todas essas transformações e potencializando-as, encontra-se a Internet, que afeta o conjunto da vida econômica (passando pela automação da produção e serviços, o e-commerce e as moedas virtuais), coordena as diversas infraestrutura, infiltra-se nas mais diversas áreas da vida privada e produz um bombardeio de informações, de publicidade e de fake news.

A formação de identidades coletivas a partir das quais os indivíduos encontram sentido de comunidade e um papel dentro delas é fundamental para a coesão social. Os processos no mundo contemporâneo **fragilizam, simultaneamente, as identidades coletivas e individuais e as instituições que as sustentavam.**

As figuras do indivíduo na sociedade contemporânea

O indivíduo consumidor

Dentro da tradição sociológica, os esforços mais sistemáticos de compreender a sociedade contemporânea se concentram nas expectativas de consumo e na figura do consumidor como o centro da identidade dos indivíduos contemporâneos. De acordo com um dos

autores proeminentes nessa área, Zygmunt Bauman,¹⁴ a sociedade de consumo exigiria uma personalidade maleável, aberta sempre à experimentação de novos produtos, vivendo num presente permanente, em que o indivíduo se encontra constantemente à procura de novidades e experiências de duração fugaz. Vivemos, na definição de Bauman, numa “modernidade líquida”, em que tudo é maleável e nada se cristaliza: empregos mudam constantemente, casamentos se desfazem, se entra e se sai de “comunidades virtuais” com um click, o último produto comprado deve ser rapidamente substituído pela nova versão, e todos vivem na dependência das últimas mensagens e imagens transmitidas pelas redes sociais.

A sociedade de consumo, através da publicidade, se dirige ao conjunto da sociedade. Com o uso da Internet, a publicidade aumentou exponencialmente, pois as redes sociais e os mecanismos de busca constantemente bombardeiam o usuário com produtos identificados por seus bancos de dados personalizados como sendo de interesse do internauta. Embora não seja a promoção do igualitarismo o objetivo da sociedade de consumo (que, inclusive, diferencia seus produtos

¹⁴ A extensa obra de Bauman sobre a modernidade líquida foi traduzida para o português. Ver, entre outros, Zygmunt Bauman (2001). *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

em função da capacidade aquisitiva), ela gera uma explosão **universal** de expectativas e desejos de acesso a bens, independentemente da situação socioeconômica. Ela iguala expectativas no ponto de partida, que encontram a desigualdade no ponto de chegada.

Se, por um lado, pode-se argumentar que ela tem um poder enorme de moldar o cotidiano dos indivíduos, inclusive de projeção de um futuro em que poderão ter acesso aos bens desejados, ao mesmo tempo, para a maioria, o mundo do consumo produz sentimento de frustração e ressentimento.

O consumidor é chamado a desejar objetos aos quais, na maior parte dos casos, terá acesso limitado. Frustração que pode ser parcialmente compensada pelo aumento constante da renda da maioria da população. Apesar de, em muitos países, o aumento da desigualdade só tenha exacerbado as frustrações com o limitado poder de compra, não podemos nos iludir que, mesmo se revertida a tendência à desigualdade, seria resolvido o problema das expectativas frustradas. O capitalismo contemporâneo moldou um modelo de sociedade que cria expectativas que não tem como suprir.

A sociedade de consumo não deve ser confundida com a chamada ideologia neoliberal. A sociedade de consumo é a forma de funcionamento do capitalismo contemporâneo, enraizado tanto nas novas formas de

produção e de comunicação, quanto em transformações profundas das formas de sociabilidade, como veremos a seguir.

As identidades coletivas, até a chegada da sociedade de consumo, definiam classes sociais com fronteiras claras, associadas a imagens diferenciadas de forma de ser e consumir. O indivíduo-consumidor possui uma identidade em grande medida descentrada, suas referências estão constantemente em movimento, ao sabor da publicidade, que hoje inclui “influencers” que indicam qual é a “última moda” e bancos de dados que produzem perfis individuais dos interesses dos consumidores. Se, por um lado, é extremamente eficaz em criar expectativas, produz, na mesma proporção, frustrações vividas como fracassos pessoais.

O indivíduo empreendedor

A promoção da imagem de um individualismo empreendedor, para o qual o futuro depende de seus méritos pessoais, de sua capacidade de ser empresário de si mesmo, é a ideologia que permeou a formação do capitalismo nos Estados Unidos, e que nas últimas décadas se expandiu globalmente, associado a um movimento de redução dos gastos sociais do Estado de bem-estar e as novas formas de trabalho e emprego.

Danilo Martuccelli caracteriza a experiência do indivíduo na sociedade contemporânea como uma corrida de obstáculos, que exige enfrentar de forma permanente testes/provas (épreuves). O indivíduo é chamado a confrontar os mais diversos desafios para avançar e/ou manter suas posições sociais, com consequências geralmente esgotadoras e asfixiantes.¹⁵

A identidade do indivíduo-empREENDEDOR se sustenta na valorização da iniciativa pessoal. Ele vivencia sua identidade centrado na sua pessoa, seus méritos e realizações, sendo a comunidade com a qual convive um pano de fundo. Na identidade do indivíduo-empREENDEDOR, a sociedade deve ser organizada de forma a viabilizar seus interesses, sendo qualquer demanda de identidades coletivas um incômodo que deve ser minimizado, quando não, eliminado.

O “ideal americano”, baseado no mérito pessoal e no empreendedorismo, continua sendo o modelo identitário dominante nos Estados Unidos, possivelmente o único país onde ele está profundamente enraizado na sociedade. Ele se mostra mais eficaz em sociedades com grande mobilidade social, o que não é caso quando o crescimento é limitado, e a distribuição dos ganhos de produtividade são apropriados por uma minoria. Na

15 Danilo Martuccelli, *La condition sociale moderne*. Paris: Gallimard, 2017.

maioria dos países capitalistas democráticos, trata-se de uma narrativa que, certamente, penetrou no imaginário social, mas cuja versão mais radical, de limitar o papel do Estado como provedor de bens sociais e de transferência de renda aos setores mais frágeis, só tende a encontrar apoio em pequenos grupos, em geral eleitoralmente não majoritários.

O cidadão indignado

Uma boa parcela dos cidadãos, com seus sonhos de consumo frustrados e limitadas chances de pertencer ao grupo dos empreendedores bem-sucedidos, e com expectativas de um Estado benfeitor que assegure uma proteção adequada diante das inclemências do mercado, e carentes de instrumentos de ação coletiva (como o foram os sindicatos), projeta suas frustrações nas “elites”. Mais precisamente, naqueles setores que representam ou seriam responsáveis pela “ordem das coisas”: os governantes e os partidos políticos, mas também outras instituições públicas.

Certamente contribui para essa percepção um discurso que justifica as ações dos governos em nome de conceitos técnicos distantes da vivência cotidiana das pessoas. Não se trata de desconhecer que, por trás de discursos técnicos, muitas vezes se disfarçam interesses de grupos econômicos (afinal, o quem e o quanto da carga impositiva vai ser paga é uma decisão

fundamentalmente política), mas tampouco é sustentável pensar que a riqueza social seja suficiente para realizar as expectativas da sociedade.

Numa sociedade que personaliza e subjetiviza a vida social, os cidadãos tendem a identificar a fonte dos problemas no caráter dos governantes. Portanto, a questão que emerge é descobrir o indivíduo “salvador da pátria”, e apontar os culpáveis, geralmente forças ocultas maléficas responsáveis pelos mal-estares da sociedade.

A disposição a aceitar teorias conspiratórias é uma marca registrada dos tempos atuais. Ela se fundamenta em um sentimento de desempoderamento de amplos setores da população, na sensação de que as decisões são tomadas em “outro lugar”, fora do espaço público, por um pequeno grupo de poderosos procurando ganhos materiais ou avançar ideologias inconfessas.

Sentimento que não é infundado. As sociedades democráticas capitalistas certamente proporcionam uma distribuição muito desigual do poder entre os cidadãos. Muitas decisões são tomadas para favorecer os grupos com maior poder econômico e político, incluindo-se o judiciário, aquelas que deveriam representar a igualdade entre todos os cidadãos.

A frustração de expectativas e a perda de confiança nas elites políticas convergem para a personalização dos problemas do sistema político. Quando o sentimento de desempoderamento não encontra propostas que elaborem o mal-estar social no âmbito da participação e representação democrática, abre-se espaço para simplificações, muitas vezes grotescas, que usam mentiras e informações distorcidas para identificar os “culpáveis” que conspiram contra o bem da nação. Quando os desafios da sociedade são transformados em problemas simples, cuja solução dependeria tão somente de se encontrar o líder forte, honesto e corajoso para enfrentar os conspiradores, a democracia começa a derrapar no autoritarismo.

A perda de referências e a fragilização das identidades coletivas se expressam no campo político, com a crescente desfiliação partidária, que, em conjunto com a espetacularização das campanhas eleitorais, fez da pessoa do candidato o lugar central nas escolhas eleitorais. Com o uso de redes sociais virtuais, aumentou ainda mais a imprevisibilidade das eleições, sujeitas ao “estado de ânimo” do eleitorado, mobilizado por mensagens dirigidas às emoções.

O indivíduo judicializado

Somente com a formação dos Estados modernos, o poder estatal passou a deter o monopólio do sistema

de justiça, com a elaboração de códigos detalhados de direitos e obrigações nas mais diversas esferas (criminal, cível, comercial, trabalhista e administração pública). Se o Poder Judiciário esteve sempre presente nos tempos modernos, os cidadãos dialogavam com o Estado através de ideologias e das instituições políticas.

O processo de judicialização das mais diversas esferas de relações sociais fez do sistema judicial uma referência constante para a vida das pessoas, e, sobretudo, a judicialização da esfera política, dadas as dificuldades crescentes dos poderes representativos de dirimir conflitos. O resultado é a fragilização da democracia, pois o Poder Judiciário, por não ser um poder representativo, não possui o mesmo grau de legitimidade que os outros poderes. Não é por acaso que governos com tendências autoritárias tenham no judiciário o seu primeiro alvo quando pretendem introduzir mudanças no sistema de governo.

O colapso do futuro

Produto de fatores os mais diversos, a crença a respeito do futuro como progresso constante entrou em colapso em boa parte dos países capitalistas democráticos. Alguns fatores são compartilhados, outros assumem características nacionais. Só para listar os mais significativos: parte importante das novas gerações enfrenta uma mobilidade social descendente em relação às

de seus pais, o custo de vida passou a incluir serviços inexistentes poucas décadas atrás (como telefonia individualizada, Internet, aplicativos), o encarecimento dos gastos com moradia – que aumentam mais que a renda média da população –, a crise econômica de 2008, que, além do impacto na vida das pessoas, diminuiu a confiança nas instituições do capitalismo. Pairando sobre esses fatores, encontra-se a perda de confiança na globalização, que, para muitos trabalhadores, em particular do setor industrial, significou a perda do emprego e que é vivida como um ataque à soberania nacional.

Colapso do futuro cujo novo horizonte é a crise climática e, para os países do núcleo central do capitalismo, a ascensão da China ao status de potência mundial, primeiro país não ocidental a atingir essa posição. Situação que augura tempos tormentosos em torno de conflitos pela supremacia mundial.

Passamos, paralelamente, por uma transformação da vivência da temporalidade pelas mudanças da sociabilidade cotidiana como produto das novas tecnologias da comunicação. Uma temporalidade dominada por um presente sobrecarregado de informação filtrada por algoritmos invisíveis, da qual a principal arena da concorrência econômica, mas também das relações entre as pessoas, é o tempo da atenção.

O sentimento de colapso do futuro é particularmente destrutivo, pois retira a principal referência das pessoas na modernidade, a temporalidade como fonte de esperança de dias melhores. A única visão de mundo aglutinadora que se desenha no horizonte, que ainda tem dificuldades em se mostrar capaz de se afirmar como uma identidade prioritária nas opções políticas da maioria dos cidadãos, é veiculada pela ecologia. Ela supõe uma nova cosmologia e uma nova temporalidade, de um mundo orientado pela procura de relações harmônicas com a natureza, de reconhecimento de que a sobrevivência humana exige uma relação de respeito com o meio ambiente e os seres vivos.

O cenário atual alimenta as mais diversas fontes de saudosismos que aspiram a um retorno ao passado, do qual se aproveitam discursos reacionários, enquanto aqueles que procuram novos caminhos se concentram nas suas agendas particulares, destituídas de uma visão clara do projeto de conjunto de sociedade que se aspira construir.

As transformações nas formas de sociabilidade

A crise das democracias se sustenta nos mal-estares indicados anteriormente, mas também se alimenta de transformações nas formas de sociabilidade e valores, que geram sentimentos de insegurança e perda de status e poder em setores variados da sociedade. Entre eles, ocupa um lugar central a fragilização ou desmonte dos sistemas hierárquicos e de autoridade que estavam presentes no início da modernidade. Transformações associadas a mudanças sociais que têm como referência última o ideal do indivíduo moderno, que se representa como um ser livre, autônomo, o que implica a erosão de sistemas de autoridade, seja do *pater* família, do clérigo, do especialista ou do poder político.

A conquista dos direitos femininos

A importância da revolução liderada pelo movimento feminista é difícil de exagerar. Embora tenha sido formulada na Revolução Francesa, se acelerou na segunda metade do século passado, eliminando boa parte da herança patriarcal que a modernidade herdou do passado. Ela permitiu a emancipação efetiva das mulheres nas mais diversas áreas: como cidadã com direitos plenos, inclusive de ser eleitora (direito relativamente recente em muitos países democráticos), como trabalhadora com autonomia econômica (em muitos

países na primeira metade do século XX as mulheres não podiam possuir conta bancária própria ou receber o salário) e como esposa (com a igualação de direitos no interior da família, eliminando a potestade do pai e permitindo o divórcio, antigamente inexistente ou dependente da vontade do marido). Os anticoncepcionais foram certamente centrais para as mulheres se liberarem sexualmente, sem a preocupação com a gravidez. A perda do poder patriarcal foi maiúscula e, certamente, mal absorvida, sobretudo por parcelas do público masculino, em particular de mais idade, e a liberação sexual, por setores religiosos mais conservadores.

Perdida a luta contra o divórcio e o uso de anticoncepcionais e preservativos (embora vedados pela Igreja, hoje são usados quase universalmente por pessoas que se definem católicas), o aborto hoje é a principal frente de batalha entre grupos religiosos e o movimento feminista.

Transformações da família e no sistema educacional

As mudanças no interior da família favoreceram o avanço de uma educação mais libertária, que levou à eliminação do castigo físico na escola e limitou ou eliminou seu uso no lar, empoderando as crianças como sujeitos que devem ser ouvidos e respeitados

(obviamente algo que está longe de ser uma prática efetiva e homogênea).

Uma educação na qual valores como “seja você mesmo”, “encontre sua vocação”, “seja feliz” são partes das exigências de uma sociedade com empregos cada vez mais competitivos e dos valores disseminados pela cultura de consumo.

Ascensão de uma cultura juvenil anti-hierárquica

A cultura juvenil libertária, acelerada pela revolução sexual promovida pela pílula anticoncepcional, pelas transformações da família, por movimentos estudantis e pela indústria cultural, levou a diminuir a deferência em relação aos pais e, em geral, a pessoas de mais idade.

Transformações no mundo do trabalho

Igualmente, as transformações no mundo do trabalho, assentado anteriormente em estruturas hierárquicas (a fábrica se inspirava na estrutura militar) e hoje cada vez mais incentivador da iniciativa individual (o que não implica o desaparecimento de relações de poder), eliminaram um meio de socialização em torno da autoridade que não podia ser questionada. Num sentido inverso, na atualidade, o mundo dos serviços incentiva uma relação de proximidade e informalidade na relação

com os clientes, em que, pelo menos formalmente, não existem hierarquias.

Transformações nos sistemas de comunicação

Os meios de comunicação tradicionais, primeiro os jornais, depois o rádio e a televisão, tiveram um papel fundamental na construção de identidades coletivas na modernidade. Eles organizavam, filtravam e analisavam a informação, promoviam personagens “famosos”, com os quais a população se identificava, e catalisavam a formação de grandes correntes de opinião pública. Esse universo foi corroído pelo surgimento da Internet, pelos mecanismos de busca e pelas redes sociais, além de inúmeros canais na televisão a cabo. Eles produziram uma verdadeira avalanche de informação, que, por um lado, levou a involucrar constantemente as pessoas nos mais diversos acontecimentos nacionais e internacionais, mas, por outro, gerou uma fragmentação e instabilidade da opinião pública.

O questionamento das hierarquias no espaço público

A expansão da cultura libertária impactou a relação com as instituições de socialização e com o Estado. Os professores perderam sua aura, mas também os políticos, juízes, membros do clero, jornalistas, cientistas ou

qualquer representante de instâncias com autoridade diferenciada. Processo potencializado pela Internet, em que as crianças se comunicam sem nenhum controle dos pais, pacientes procuram diagnósticos alternativos ao dado pelo médico e mensagens falsas muitas vezes atacam ou questionam o jornalismo profissional.

Uma sociedade na qual um indivíduo que demonstra maior conhecimento sobre um tema é considerado arrogante, e um político que não fala “igual ao povo” tem diminuídas chances de sucesso.

Uma cultura que tem enormes aspectos positivos e igualitários, mas com potencial enorme de fragilização dos fundamentos da convivência democrática, que exige valores comuns que organizem o debate público, e que inclui o reconhecimento de saberes diferenciados e a disposição a ouvir, aprender e argumentar com aqueles que pensam diferente.

A perda de referências escorrega muitas vezes na incivilidade, na falta de respeito aos saberes diferenciados e na ignorância arrogante. As redes sociais, com suas bolhas e câmaras de eco que tantos autores analisaram, certamente aumentaram exponencialmente a falta de respeito ao próximo, amplificando os processos de perda de referências.

Identidades coletivas socavadas deixam as identidades individuais sem referências e, portanto, fragilizadas, e a subjetividade, socialmente desenraizada. A democracia liberal se constituiu em torno do reconhecimento de **uma tensão constante entre a identidade individual e coletiva**, na qual se reconhecia (embora a subestimando) um lugar para a subjetividade. Quando esses pilares entram em crise, produzem uma situação aparentemente paradoxal: quanto mais fluidas e fragilizadas se apresentam as identidades individuais, maior a procura de identidades coletivas que ordenam suas vidas, ou oferecem explicações simplistas sobre as causas dos mal-estares vividos.



6.

A REAÇÃO CONSERVADORA: NACIONALISMO E RELIGIÃO

No coração da crise identitária da época moderna, encontra-se a distância que se abriu entre a identidade individual e as identidades coletivas. O indivíduo moderno é resultado de uma cultura que valoriza a curiosidade, a dúvida, a reflexividade, a iniciativa individual, a criatividade, a liberdade de escolha, em suma, a diferenciação dos indivíduos em relação ao grupo. No entanto, a identidade individual só existe em relação a um mínimo de parâmetros comuns. À medida que eles se fragilizam, deixam os indivíduos sem pontos de referência em relação aos quais possam estabilizar sua individualidade e sua identidade coletiva.

Diante da perda de referências estáveis, encontramos reações identitárias divergentes. Em boa parte dos

casos, a família imediata e um grupo próximo de amigos se transformam na principal fonte de apoio e de sentido compartilhado, o único lugar em que os indivíduos se sentem parte de um mundo com laços fortes, em comunidade. Ainda assim, o uso massivo dos mais diversos psicotrópicos testemunham as dificuldades dos indivíduos perante as demandas do mundo social.

Muitos encontram respostas em correntes religiosas, que apresentam um pacote que ordena suas vidas, oferecem reconforto ante às dificuldades cotidianas, esperança em relação ao futuro e o sentimento de pertencer a uma comunidade de sentido. Outros, em particular setores que se ressentem da “perda de status” pelo tratamento mais igualitário e da ascensão dos grupos subalternos, encontram refúgio em discursos autoritários, que alimentam um sentimento de vitimização e ódio das elites que teriam promovido a “decadência dos valores tradicionais”.

A ascensão de tendências autoritárias

“Populista” é um conceito polissêmico. Na segunda metade do século XIX, foi associado ao movimento de intelectuais russos que idealizavam o campesinato. Nos Estados Unidos, aos vários movimentos sociais e políticos que protestavam contra privilégios das oligarquias econômicas e políticas. No século XX, utilizado para caracterizar líderes políticos na América Latina.

Na atualidade, ele se refere a líderes políticos com tendências autoritárias em vários lugares do mundo,¹⁶ embora ainda seja usado como um adjetivo, geralmente pejorativo, e aplicado indiscriminadamente contra políticos com os quais se está em desacordo.

Como vimos, os fatores de mal-estar e ressentimento social são múltiplos. No âmbito da convivência social, as reações são adaptativas, com setores mais incomodados em relação a algumas mudanças e menos em relação a outras. O discurso político autoritário catalisa os diversos mal-estares difusos, aglutinando-os em torno da luta contra um inimigo comum.

Como não podia deixar de ser, os conflitos políticos contemporâneos são conflitos em torno de narrativas sobre a memória coletiva. Seja na identificação dos “culpados” pelos problemas sociais, seja na projeção da sociedade desejável, as diferentes ideologias políticas elaboram e promovem diferentes versões do passado.

16 Discordamos de autores que procuram caracterizar o populismo como um tipo de discurso que pode incluir as mais diversas gamas de regimes políticos. O expoente mais importante é o argentino Ernesto Laclau (2013), *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas. Realizamos uma análise mais detalhada das formas de atuação do novo autoritarismo em Bernardo Sorj, *Em que mundo vivemos?*, Plataforma Democrática, São Paulo: 2020, disponível para livre acesso em http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Em_Que_Mundo_Vivemos.pdf,

No coração do conflito contemporâneo, encontra-se o confronto que acompanha os tempos modernos com roupagens diversas entre aqueles que apoiam as transformações socioculturais produzidas pelas democracias liberais e aqueles que a elas se opõem. Conflito que, como argumentamos em outro texto,¹⁷ é diferente do conflito distributivo, entrelaçando-se, contudo, nas formas mais variadas.

Os “populismos”, embora possuam traços comuns, apresentam características nacionais, ainda que hoje tenha se formado um tipo internacional de extrema direita, de certa forma um bípede, que tem, de um lado, como principal articulador, o estadunidense Steve Bannon, e, de outro, o governo de Putin, na Rússia.

A título de exemplo, em países da Europa do Leste, a dominação soviética favorece um discurso soberanista, pontuado por referências religiosas. Não é casual que, num sentido inverso, a Espanha, que durante quase meio século viveu sob o regime franquista apoiado pela Igreja, tenha se tornado o país europeu em que mais pessoas se afastaram da religião. Em outros países, como na Turquia ou na Índia, parte da população permaneceu, em boa medida, à margem da secularização, enquanto outros são críticos do avanço dos direitos femininos e da liberdade sexual.

¹⁷ *Op.cit.*

Os assim chamados líderes e governos populistas encontraram nos sentimentos de medo, caos, e perda de referências perante as transformações em curso uma resposta que não é nova no receituário político: o chamado à ordem, a imposição da autoridade. Chamado que se apoia fundamentalmente no nacionalismo e na religião, por vezes misturados.

O nacionalismo foi um componente central no desencadeamento de duas guerras mundiais e obrigou as grandes correntes ideológicas que atravessaram o século vinte – o liberalismo e o socialismo – a realizarem os mais diversos contorcionismos para integrá-lo no seu repertório. Em tempos de globalização, continua atual, seja no confronto entre grandes potências, seja mobilizado por tendências autoritárias que o utilizam para fragilizar ou destruir as instituições democráticas.

Figura multiforme, que se alimenta dos múltiplos elos afetivos que unem as pessoas à sua comunidade nacional – sentimento que alguns chamam de patriotismo para diferenciá-lo do nacionalismo –, é utilizada por tendências conservadoras que idealizam um passado no qual cada um “sabia seu lugar”, associado a discursos xenófobos e racistas que decidem quem tem direito a ser membro da nação e quem deve ser excluído.

Apesar de ser um componente central da vida política, o nacionalismo continua pouco analisado e mal

compreendido, inclusive pelas ciências sociais. Uma das razões, se não a principal, é que ele é alheio à vocação universalista, seja da ciência, seja do liberalismo e socialismo, e, inclusive, de novos movimentos identitários, como, por exemplo, o feminista ou o ambientalista. Todos eles promovidos por elites com uma formação cultural cosmopolita.

A religião é utilizada para abocanhar apoios em grupos religiosos insatisfeitos com as transformações dos “costumes”, em particular produto da pauta feminista, insistindo na importância da “família” e no combate à homossexualidade. A “nação” e a “religião” são mobilizadas para se construir um sentimento de comunidade homogênea, que se contrapõe aos “inimigos”, levando à negação do pluralismo e à transformação da política em guerra.

Além da religião, na nossa região o discurso autoritário se apropria de uma área da vida cotidiana que produz insegurança, os altos níveis de criminalidade, que só poderiam ser combatidos com o uso indiscriminado da violência, e tenta mobilizar o fantasma do comunismo, relíquia da guerra fria, que os líderes reacionários na América Latina procuram atualizar, associando-o ao desastre venezuelano, na realidade uma ditadura mafiosa cívico-militar.

O discurso autoritário culpa as “elites” pelas transformações indesejadas, isto é, os grupos que teriam promovido ou permitido o avanço de uma “cultura da desordem”. Dela participam os políticos, os juízes que defendem as liberdades constitucionais, os jornalistas, os professores, os artistas e a indústria cultural, o mundo acadêmico e os políticos, definidos como “corruptos” ou “corruptores”.

Nesse movimento, passam para segundo plano do discurso político o conflito distributivo, o problema da desigualdade social, o desemprego e as enormes lacunas nos serviços de saúde e de educação pública. Transformando a política em guerra, e a nação em um conjunto homogêneo, o projeto autoritário exige colocar no topo a figura da autoridade máxima, o líder político, com poderes que lhe permitam impor novamente a ordem, banindo os inimigos da nação.

A agenda reacionária inflaciona, para se valorizar, o papel dos chamados movimentos identitários progressistas, esquecendo que por trás deles se encontram as transformações sociais produzidas pelo próprio capitalismo.

A inflação política dos movimentos identitários, por sua vez, encontra ressonância em partidos políticos de esquerda que, na falta de ideias inovadoras de como encaminhar uma visão de conjunto da sociedade e da

economia no século XXI, procuram um arco de alianças no qual cada um negocia sua agenda particular e ao qual se agregam políticas distributivas, necessárias para obter densidade eleitoral, principalmente numa região de enormes carências como a nossa. Ou, inversamente, como no Peru de Castillo ou no México de López Obrador, governos identificados como de esquerda, alguns partidos embarcam na onda conservadora na procura do apoio de grupos religiosos.



A frustração com a democracia reflete as limitações e inoperância dos governos de responderem às expectativas criadas pela democracia e o capitalismo. O fato de as tendências autoritárias se alimentarem dos mais diversos ressentimentos individuais não significa que eles devam ser desqualificados como fundamento da ação coletiva. Temores, ressentimentos e frustrações penetram e são componentes da vida política. O desafio é entender por que a sociedade produz tantos ressentidos e, em segundo lugar, oferecer caminhos de ação coletiva que sublimem esses sentimentos em projetos políticos em torno da esperança em um futuro melhor.



O FUTURO ALÉM DA CONJUNTURA

As transformações sociais convergem na desorganização das identidades individuais e coletivas e das instituições do capitalismo e da democracia. Todos esses processos conduzem à **desidentificação** com as instituições, o que gera uma corrente profunda de instabilidade política, que se expressa em turbulências sociais e nas incertezas de cada pleito eleitoral.

Processo de desidentificação que, na nossa região, sempre foi crônico, pela baixa confiança que a sociedade sempre depositou nas instituições públicas, e que é potencializado pelas novas transformações sociais.

Vivemos num período histórico no qual as condições de formação de identidades políticas coletivas foram socavadas, em parte como produto e em parte como produtoras da erosão das instituições, em particular partidos políticos e sindicatos, que fizeram possível a

construção de identidades relativamente estáveis no capitalismo democrático. As consequências a longo prazo desse processo são uma incógnita, e, incapazes de prever o futuro, podemos só tecer considerações atentas aos desafios anunciados no presente. Isso se nenhum evento catastrófico acontecer. E eventos catastróficos são uma hipótese (muito) plausível. Desde uma hecatombe climática até uma guerra nuclear, passando por ataques cibernéticos massivos que podem levar a questionar a viabilidade de uma sociedade coordenada por sistemas virtuais.

O casamento entre capitalismo e democracia nunca foi fácil. Nem mesmo o casamento entre as empresas capitalistas e o Estado nacional (como esquecer a venda de máquinas da IBM estadunidense à Alemanha nazi, ou o uso de paraísos fiscais para fugir do pagamento de impostos, ou o deslocamento da produção para outros países).

O mundo da modernidade, orientado pelo ideal iluminista de indivíduos autônomos que fazem uso da razão, pelos mais diversos caminhos, está chegando a seu fim. Na transição, na qual estamos vivendo, o espaço público está sendo ocupado por agendas de grupos identitários progressistas, que têm como foco suas demandas específicas, e por grupos identitários reacionários. Certamente não se trata de igualá-los, somente de indicar que vivemos um

empobrecimento do imaginário político. Nesse sentido, participam todos de uma dança no Titanic antes de atingir o iceberg.

Mas *la nave va*, e devemos nos esforçar para identificar os novos desafios que deverão enfrentar as democracias (além dos “velhos” problemas que não desapareceram, em particular a pobreza, a desigualdade social e o desemprego), que exigirão um esforço de imaginação política, intelectual e de ações coletivas que lhes assegurem um futuro que exigirá um esforço de imaginação e ação coletiva para assegurar o futuro da democracia.

Meio ambiente

Com o avanço do aumento da temperatura na terra e os desastres naturais concomitantes, não há como se iludir: eles exigirão a regulação do que consumimos e, em geral, de mudanças no nosso atual estilo de vida através de formas de intervenção que só podem ser realizadas pelo Estado, com instrumentos que hoje seriam considerados autoritários.

A forma pela qual isso será feito representa um desafio à relação entre capitalismo e democracia: a penalização da pegada ecológica (o custo para o meio ambiente do que consumimos) deverá ser transferida aos preços dos produtos, e, portanto, aumentando a desigualdade, pela

distância entre os que podem pagar e os que não podem pagar pelo carbono consumido (note-se que a recente revolta dos coletes amarelos na França se iniciou com o anúncio da progressão dos impostos sobre os produtos energéticos de origem fóssil). Ou, alternativamente, será feita uma regulação com incidência progressiva sobre os produtos consumidos pelos mais ricos?

Certamente, alguns argumentarão que existem caminhos intermediários. Por ora, enquanto não chegamos no momento em que os câmbios climáticos comecem um impacto maior nas nossas vidas, certamente os pequenos passos se impõem. No entanto, se olharmos para o futuro, não poderemos fugir do choque entre capitalismo e democracia, e o movimento verde, hoje já tensionado, rachará em função do conflito distributivo.

De todo modo, a crise ambiental exigirá uma expansão radical do papel regulatório do Estado no mundo do consumo. Se ela será possível sob o regime democrático ou levará a alternativas autoritárias, seja no sentido mais igualitário, seja para proteger os mais ricos, é uma incógnita. Não é casual que um dos principais filósofos que refletiu sobre o futuro da relação da humanidade com a natureza, Hans Jonas, e que cunhou o “princípio da responsabilidade” (que afirma que os atos devem ser julgados não somente pelo seu impacto atual, mas também sobre as gerações

futuras), tenha pensado que somente um sistema autoritário esclarecido possa assegurar a sobrevivência da humanidade.

A história humana se caracteriza pelo alto preço pago pela aprendizagem, geralmente à custa de enormes tragédias. Não sabemos o desfecho que terá o futuro, mas a crise ambiental levará a tensão entre capitalismo e democracia a um ponto, se não de rompimento, de conflito de enormes proporções.

Sociedade tecnicocêntricas

As transformações tecnológicas em curso – da medicina à eletrônica, passando pelas nanotecnologias e suas aplicações aos indivíduos, e a coordenação virtual das atividades por megabancos de informação conectados à Internet, seja dos serviços públicos, da economia, ou da relação com os objetos –, levam as sociedades numa direção cada vez mais distante do ideal de um indivíduo livre e autônomo, ideal sobre o qual se construíram as sociedades democráticas.

Nada impede que modifiquemos nossas características como espécie pela ação direta de inovações introduzidas pelos humanos. No horizonte, pode-se vislumbrar uma situação na qual a espécie humana, depois de sua aparição em torno de 300 mil anos atrás, seria impactada pela evolução cultural, que modificaria as

características biológicas comuns da humanidade. Horizonte que abre a possibilidade, caso as mutações afetem somente uma parte da população (a que pode pagar por elas), do fim da unidade da raça humana.

Num horizonte mais previsível, no qual, de certa forma, já nos encontramos, passaremos a conviver com o fim da privacidade, em uma sociedade de vigilância – seja por parte do Estado, seja por parte das empresas – e com sistemas de tomada de decisões entregues a máquinas, inicialmente construídas por humanos, mas com capacidade de aprendizagem que as distanciarão progressivamente de seus programadores iniciais, processo que já está em curso, inclusive no uso de armas letais (LAW - Lethal Autonomous Weapons)¹⁸. Uma sociedade em que as decisões são transferidas para as máquinas (ou para “sistema”, como se referem os funcionários para justificarem erros do serviço da empresa em resposta à reclamação de clientes) retira a responsabilidade moral dos indivíduos e põe em questão os fundamentos jurídicos e morais da modernidade.

Os indivíduos e as sociedades estão fazendo um download de seus mundos e de suas vivências em grandes

18 Ver <https://news.usni.org/2021/11/19/report-to-congress-on-lethal-autonomous-weapon-systems-3> e https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/194143/SEDE_presentation_Verbruggen_3December2019-original.pdf

bancos de dados, que cada vez mais coordenam, isto é, organizam e orientam, suas atividades, bem como dos Estados ou das empresas. As atividades mediadas pelos grandes sistemas de informação encontram-se ainda na sua infância. Nada indica, no momento, que eles ponham em risco o capitalismo. Pelo contrário, levam a uma maior concentração de capital numa corrida que exige novos “modelos de negócios”. O que está em jogo é a viabilidade da democracia e seus valores, sua capacidade de encontrar uma forma de convivência com o capitalismo, e a sobrevivência dos valores humanistas e do Iluminismo, atacados hoje nas mais diversas frentes. Não esqueçamos que estamos somente no início de um mundo fundamentalmente virtual, no qual a inteligência já permite a criação de textos similares aos produzidos pelos humanos e de falas aplicadas a imagens de pessoas, idênticas à original.

Nesse contexto, a formação de identidades será um processo cada vez mais técnico-dependente, o que exigirá uma profunda reorganização das instituições sociais, e levará a um conflito político que enfrentará visões alternativas de controle “cidadão” versus controle “estatal” e/ou “empresarial” dos bancos de dados e seus usos. Tal contexto demandará novas formas de participação virtual, que até hoje não se mostraram satisfatórias.

Mudanças geopolíticas globais

A ideia da história humana como um processo evolutivo de civilizações, no qual se passa de um estágio a outro até culminar nos tempos modernos, não se sustenta do ponto de vista histórico. Hoje, sabemos que as civilizações existiram paralelamente, cada uma delas com características diferentes, e todas, por sua vez, caudatárias de invenções advindas de outras culturas. Algumas dessas civilizações produziram conhecimentos muitas vezes perdidos e dos quais, por vezes, só sobreviveram vestígios arqueológicos (como as pirâmides foram construídas? Que conhecimentos permitiram o desenvolvimento do calendário Maia?).

Do ponto de vista normativo, afirmar a superioridade de uma civilização sobre outra supõe o uso de um critério etnocêntrico. Inclusive, aos critérios utilizados por autores que procuram uma maior objetividade para justificar a superioridade da cultura moderna, como o aumento da expectativa de vida ou a baixa mortalidade infantil nas sociedades contemporâneas, podem ser contrapostos outros critérios, igualmente objetivos, que, certamente, nos conduziriam ao final da lista, seja pelo ineditismo da possibilidade de destruição da vida humana, seja pelas armas de destruição de massa ou pela mudança ambiental.

Se a evolução humana não pode ser vista como um processo linear e normativamente superior, isso não significa que não seja um processo inteligível. Sob a perspectiva de longa duração, o fator central que explica a ascensão das civilizações é o diferencial de poder (político, econômico e militar), que se transformou em abismal com a Revolução Industrial, pela aplicação sistemática do conhecimento e inovação científica e tecnológica na economia e na organização do Estado.

A influência da modernidade ocidental, através de um processo que levou séculos, que incluiu massacres, opressão colonial, escravização de populações, foi moldando o mundo à sua imagem, de forma que, a partir da segunda metade do século XX, o conjunto do sistema internacional está organizado em torno de Estados nacionais, que, em maior ou menor medida, absorveram as tecnologias sociais da cidadania, do mercado, da ciência e a tecnologia. Sociedades nacionais que, com graus diferentes de sucesso, passaram a competir com os Estados nos quais se originou a expansão ocidental, o que se permite, hoje, vislumbrar o surgimento de potências que competem pela hegemonia mundial e o deslocamento do centro econômico para a Ásia.

O deslocamento de centros de poder imperial, com poucas exceções, termina em guerras. Ele exacerba

as tendências nacionalistas, tanto das potências em declínio como das ascendentes, e fragiliza as instituições responsáveis por soluções diplomáticas.

O declínio do Ocidente põe em questão os valores sobre os quais foram construídas as identidades do capitalismo democrático. É cedo para especular como será o impacto de um mundo sinocêntrico. Mas é de se esperar que sua influência político-cultural, associada a seu modelo autoritário, penetre de forma crescente e ponha em xeque os valores associados à democracia.

No momento atual, o desafio do sistema internacional é avançar uma agenda que permita enfrentar os problemas que se apresentam para o conjunto da humanidade. No anexo 2, apresentamos algumas ideias a respeito de uma reposição das prioridades dos Direitos Humanos do ponto de vista da elaboração de uma agenda mínima para o sistema internacional.



8.

CONCLUSÕES: IDENTIDADES E HUMANISMO

Universalismo

Todas as culturas, inclusive as tribais, se achavam melhores do que as culturas circundantes, e as civilizações usaram a imposição militar para destruir, subjugar ou desvalorizar outras culturas, usando termos como “bárbaros”, “pagãos”, “infiéis” ou “selvagens”.

A expansão da cultura europeia não foi diferente. Ela acreditava na sua superioridade, mas sua imposição foi mais complexa que as civilizações anteriores. Ela introduziu inovações sociais, como o mercado capitalista, a ciência, a organização do Estado e, sobretudo, os valores humanistas e democráticos, que foram utilizados pelos grupos dominados como instrumentos de emancipação. Em suma, a modernidade impôs sua cultura pela dominação militar, econômica e cultural,

mas também foi uma cultura que transmitiu valores emancipatórios aos grupos dominados.

Na atualidade, a crítica à razão iluminista não só está presente na política reacionária, como, sob um ângulo diferente, está em moda nos mais variados circuitos progressistas. Setores do movimento feminista associam o Iluminismo ao patriarcalismo; no movimento negro, são comuns as denúncias segundo as quais o ideário iluminista teria sido formulado por racistas; alguns ecologistas responsabilizam a razão iluminista pela destruição da natureza; grupos indígenas e cientistas sociais referem-se a uma razão pós-colonial, por vezes com matizes reacionários. Todos convivem com uma contradição básica: sua condição de existência e seus argumentos são os valores humanistas democráticos.

Sem esse conjunto de valores e suas realizações históricas, condensados em particular na Declaração Universal dos Direitos Humanos, não existiria nem o movimento feminista, que teve que aguardar o longo percurso da história humana para surgir na modernidade, nem os movimentos que lutam contra o racismo ou por direitos indígenas, ainda que eles tenham sido produto da expansão mercantil e capitalista. Mesmo a visão ecológica é produto integral e dependente do pensamento científico. A afirmação da dignidade e de direitos similares a todos os seres humanos, sem distinções, é inédita na história humana.

Apesar de seus enormes percalços históricos e dos comentários patriarcalistas e racistas de boa parte de seus teóricos (embora nem sempre: é mais fácil atacar Kant do que Humboldt), a grandeza da modernidade é ter elaborado ideais maiores que o mundo imediato no qual seus teóricos estavam inseridos e que por ele foram influenciados. Aliás, é característica de qualquer obra, seja no campo do conhecimento ou artístico, que ela supere o criador.

Críticas anacrônicas pouco ajudam a atualizar a herança humanista. No lugar de propor um indefinido pós-humanismo, é preciso sua atualização permanente, levando-se em consideração o reconhecimento da diversidade cultural de um mundo globalizado e no interior de cada sociedade, e uma nova relação com a natureza. Para isso, teorias que tudo relativizam como construções sociais, sem, ao mesmo tempo, afirmarem quais são os valores que elas apoiam, possuem uma dimensão potencialmente destrutiva. Se elas ajudam a desnaturalizar visões que se apresentam como absolutas e trans-históricas, isso não as exime de indicar que valores e propostas de organização da sociedade suas teorias consideram desejáveis.

Os valores da modernidade, sem desmerecer outras formas de vida, implicam a defesa de um mundo que permite falar de “construções sociais da realidade” perante outras versões político-culturais que negam a

convivência com o pluralismo, a diversidade e a liberdade individual. Sem eles, as críticas às limitações da razão iluminista escorregam no fascismo, em Estados teocráticos ou em todo tipo de regime autoritário que transforma a democracia num cardápio em que se escolhe a dedo o que pode ser servido. Sem eles, as identidades coletivas, que apresentam reivindicações legítimas, atravessam em direção a um campo escorregadio, no qual a afirmação de suas demandas se mistura com o cancelamento de quem pensa diferente.

Vivemos num mundo em que o discurso da “vitimização” se generalizou e foi apropriado por praticamente todas as correntes políticas, cada uma mobilizando grupos que se sentem vítimas da sociedade. Na “concorrência entre as vítimas”, o critério de legitimidade deve ser qual é a sociedade proposta: mais inclusiva e respeitosa da dignidade de todos, ou excludente e promotora do ódio.

O melhor que uma sociedade democrática pode fazer é educar no sentido de compreender os limites de toda identidade, aceitando que a universalidade não se refere a crenças específicas, mas a um modelo de convivência pacífica, no qual os interesses e as crenças individuais e a procura do bem comum convivem sem antagonismos excludentes.

Produzir comunidades de valores

A convivência democrática exige a capacidade de suportar as pressões que as transformações sociais imprimem às identidades individuais e coletivas. A democracia entra na zona de risco quando, como atualmente, discursos políticos se dirigem somente às camadas emotivas da subjetividade para produzirem identificações com projetos políticos autoritários. A crítica à razão, se entendida como único fundamento do discurso político, é correta, pois a razão muitas vezes encobre interesses (como na razão tecnocrática) ou é insensível (como na razão burocrática), mas é igualmente irrealista supor que ela não seja parte integral, e fundamental, do debate público. Sem ela, eliminamos o confronto de ideias, condição básica da liberdade e do pluralismo. A sobrevalorização das emoções leva ao cancelamento de quem pensa diferente (pois o pensar perde qualquer valor) e produz uma polarização destrutiva da sociedade. Se a emoção é parte integral da vida social, o esforço das democracias deve ser no sentido de educar, sem suprimir, as emoções.

A religião sempre soube mobilizar motivações emocionais, e não racionais, e hoje elas são parte do manual básico dos publicitários ou dos políticos. Aliás, os liberais individualistas radicais, quando saem de seus pequenos mundos e partem para a política, nunca se limitam a promover o mérito e o

indivíduo-empresendedor. O que leva ao casamento frequente entre liberalismo econômico e conservadorismo moral, ainda que signifique para os liberais a traição de valores relativos ao direito das pessoas de escolherem seus modos de vida.

A tradição socialdemocrata, por sua vez, transferiu para o Estado a solução dos mais diversos problemas sociais. Perdidas ou diluídas as bases sociais de comunidade e solidariedade que a sustentaram, em particular os sindicatos, e a passagem de boa parte da militância para temas de grupos identitários organizados em ONGs, seu horizonte ficou limitado a administrar o Estado com certa sensibilidade social, sem uma narrativa de valores e de visão de sociedade desejável, que seja capaz de produzir comunidades políticas de sentido, que fale tanto aos corações quanto às mentes.

Os projetos políticos continuam sendo fundamentalmente nacionais, o que exige das elites cosmopolitas, se não desejam o naufrágio de suas agendas, terem maior sensibilidade diante dos problemas e prioridades dos grandes setores da população. A reconstrução do tecido político das sociedades democráticas depende da capacidade da elaboração de narrativas de futuro que permitam reconstruir laços de convivência e comunalidade em torno de uma agenda fundada em argumentos que inspirem esperança e sentimento de participação na construção de uma

nação desejável. Certamente, exigirá experiências de novas formas de participação e deverá se expressar em partidos políticos renovados.

Educar para viver em comunidades plurais

A liberdade, reduzida à afirmação da vontade individual, sem levar em consideração o bem da comunidade, produz um individualismo destrutivo, seja na forma de pessoas que não se dispõem a compartilhar os ganhos propiciados pela sociedade em que vivem, na recusa a tomar vacina, ou quando se age na Internet para promover mentiras e/ou mensagens de ódio.

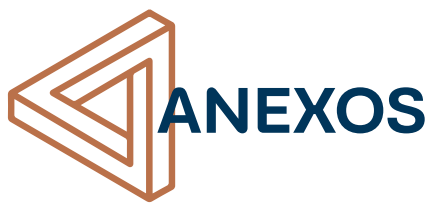
A liberdade conjugada com bem comum significa reconhecer que **o exercício da liberdade na vida social só existe como liberdade negociada**, individual e coletivamente. Numa sociedade fundada na convivência democrática, a participação na vida política é um esforço para acumular recursos que permitam aos agentes sociais negociar seus valores e interesses. Ela implica um duplo desafio: afirmar a negociação como o caminho para procurar soluções coletivas e reconhecer que a liberdade é esvaziada de conteúdo se os indivíduos não possuem poder para negociar.

A liberdade como direito de negociar exige ouvir e ser ouvido, respeitar e ser respeitado, empatia para entender o outro e para se entender melhor. O grande

filósofo estadunidense Richard Rorty falava em promover a educação sentimental das pessoas e da sociedade, de forma a aumentar a empatia pelo sofrimento alheio. Educação sentimental que, como argumenta Richard Rorty,¹⁹ implica expandir nossa sensibilidade e solidariedade em relação ao sofrimento dos outros, pois a sensibilidade sempre será concêntrica – sentimos mais profundamente uma tragédia ou um evento feliz na nossa família que na do vizinho, no nosso país mais do que em um país distante. E se cabe a cada um encontrar seu caminho para a felicidade, compete a todos combater as causas do sofrimento coletivo: a pobreza e todas as formas de discriminação, estigmatização e violência.

Para enfrentar os problemas que o futuro nos apresenta, a acumulação de poder supõe formar amplas alianças entre os partidos políticos e organizações da sociedade civil, através de um esforço de diálogo entre todos aqueles comprometidos com os valores humanistas e democráticos, que deverá incluir cientistas como líderes religiosos e espirituais.

19 *Contingency, Irony, and Solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press.1989.



ANEXO 1

A convivência democrática como politeísmo de valores ²⁰

Introdução

Politeísmo é usado por autores diversos, como o Papa Benedito XVI,²¹ Max Weber²² ou Richard Rorty²³, para descrever um mundo em que os indivíduos se orientam por uma variedade de valores que dão sentido a suas vidas. Para o Papa Benedito XVI, trata-se de um

20 Versão modificada e reduzida do texto *A convivência democrática como politeísmo de valores*. Revista Estudos Avançados. Vol.30 no.86 São Paulo jan./abr. 2016.

21 Sandro Magister “The New Polytheism and its Tempter Idols”. <http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/1345887?eng=y>, acessado em 12.02.2022.

22 Max Weber, “‘Science as a Vocation”, in H.H. Gerth and C. Wright Mills (eds). *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York: Oxford University Press, 1948. “The Meaning of “Ethical Neutrality” in Sociology and Economics”, in Edward A. Shils and Henry A. Finch (eds.) *The Methodology of the Social Sciences*, Illinois: the Free Press of Glencoe, 1949. Ver também Julien Freund. “Le Polythéisme chez Max Weber”, *Archives de sciences sociales des religions*. Volume 61, Année 1986.

23 Richard Rorty, “Pragmatism as Romantic Polytheism”. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/books/first/d/dickstein-pragmatism>. Acessado em 06.02.2015.

fenômeno negativo, pois teria se perdido a unidade do sentido da vida dada pelo monoteísmo (católico, no caso do Papa), enquanto para Weber é um conceito descritivo usado para criticar os socialistas, que acreditavam que era possível construir uma sociedade fundada somente em valores solidários. Finalmente, para Rorty, representa a visão de mundo mais adequada a uma perspectiva democrática.

Falar de politeísmo de valores é uma forma sintética de enunciar que a vida social exige a convivência com diversos valores, que, quando aplicados, são antinômicos, isto é, entram em contradição entre si. Ideologias políticas autoritárias desqualificam tudo o que não se adapta a um valor supremo, enquanto nas democracias os valores são **dosados**, pois a convivência exige negociação para a construção de consensos. Não é casual que a Revolução Francesa pregasse vários valores, a Liberdade, a Solidariedade e a Fraternidade. Norberto Bobbio²⁴ argumenta que a democracia é um exercício de aceitação da antinomia de valores.

O que vale para as democracias como regime político também se aplica aos indivíduos, pois uma dimensão fundamental do exercício da liberdade se expressa na forma particular em que cada um “dosa” seus valores para tomar decisões e expressar opiniões. A procura da

24 *Teoría general de la política*. Madrid: Trotta, 2009.

coerência, isto é, reduzir a realidade social ou individual a um único valor, como argumenta Leszek Kolakowski,²⁵ leva ao fanatismo, enquanto certa inconsistência leva à tolerância, pois reconhece as demandas contraditórias da vida. Em sociedades democráticas, não existe um único valor que possa ser a base moral e medida de todas as nossas decisões e da convivência com os outros.

A aceitação do politeísmo de valores exige conviver com as incertezas que ele produz, pois dependemos do julgamento que realizamos em cada situação e da negociação constante com os outros, enquanto o monoteísmo de valores abdica da liberdade para se refugiar na certeza, longe das ambiguidades de nossos diversos sentimentos, interesses e valores.

Como Weber e Rorty, falamos de politeísmo num sentido metafórico. A noção de politeísmo, tal como utilizada neste texto, não tem nada a dizer sobre a existência ou não de um deus criador do mundo, nem supõe que os monoteísmos religiosos²⁶ não tenham seu lugar numa sociedade orientada pelo politeísmo

25 <https://pt.scribd.com/document/167556191/Kolakowski-Leszek-Praise-Inconsistency> Acessado em 26..05.2016

26 Isto é, doutrinas reveladas por Deus para indivíduos singulares, que indicam o certo e o errado e o caminho de salvação das almas.

de valores, ou que o “politeísmo” contemporâneo seja similar ao da Antiguidade. Pelo contrário, num mundo orientado pelo politeísmo de valores, o monoteísmo religioso não é excluído, mas fica protegido de ser instrumentalizado pelo poder político.

O sentido do processo de secularização

A formação do mundo moderno está associada ao processo de secularização. Tal processo descreve a passagem cultural e institucional no Ocidente de um sistema social no qual as normas e valores eram ditados pela Igreja, e o poder político era legitimado pela vontade divina, para sociedades que acreditam na liberdade e na autonomia dos indivíduos.²⁷ Essa passagem significou uma profunda transformação de um conjunto de valores que preza a dúvida e não a certeza, a curiosidade no lugar do dogma, a livre escolha no lugar da norma religiosa, a vontade individual no lugar da vontade de deus, a soberania do povo no lugar da legitimidade divina, o mundano no lugar do transcendental, a reflexão individual no lugar da prescrição dada pela tradição e o ativismo no lugar

27 A obra de Michel Gauchet apresenta um amplo panorama histórico desse processo. Numa perspectiva diferente, ver também Charles Taylor, *A secular Age*, Cambridge: Harvard University Press, 2007.

da resignação. Sobretudo, significou um processo em que a produção de verdades e sentido de vida deixou de ser o monopólio do clero e do poder político, que detinham o poder de penalizar qualquer pensamento considerado herético. A modernidade, tanto no plano artístico como no cognitivo, valoriza a criatividade, antes chamada de heresia, ou seja, o confronto com as verdades estabelecidas.

O deslocamento, para o indivíduo, da responsabilidade de definir seu “sentido” de vida produzido pela modernidade, supôs incluir no panteão dos deuses um novo valor, o da liberdade, sustentada nos direitos subjetivos. A inclusão se realizou por caminhos diversos. Na Europa, a formação de sociedades seculares esteve impregnada por lutas contra o poder da Igreja, que deixou sua marca até hoje na cultura e na vida política. Os Estados Unidos transitaram por outro caminho, pois seu mito fundador está associado a uma terra de refúgio de congregações cristãs perseguidas na Inglaterra e na Holanda. Os “pais fundadores” sustentavam que a tolerância e o direito à liberdade era produto da vontade divina.²⁸ A cultura americana produziu, assim,

28 Isso foi possível porque a maioria dos pais fundadores eram deístas (acreditavam na existência de um deus criador do universo), mas não associavam esse deus a alguma revelação particular ou excludente.

uma curiosa síntese em que a vontade de deus é de que seja feita a vontade dos homens.

Por diversos caminhos, a confrontação com o poder da Igreja levou ao surgimento da ideologia secular, que separa o poder do Estado da religião. A secularização das sociedades foi um processo radical, mas nunca completo, tanto em termos políticos como culturais. A construção de estados nacionais se apropriou de tradições e normas enraizadas no passado religioso. Por exemplo, foi mantido o calendário gregoriano, que tem como referência do surgimento de “nossa era” o nascimento de Jesus (suprimido por pouco tempo durante a Revolução Francesa), assim como várias festividades religiosas, e o domingo como dia de descanso. Igualmente, o novo sistema de direito manteve normas relativas à sexualidade e à organização da família enraizadas na tradição religiosa.

Num sentido mais abstrato, as novas visões seculares de mundo não romperam completamente com a tradição religiosa anterior. A salvação no outro mundo foi substituída pela salvação neste mundo, a onipotência divina, pela onipotência humana, com a crença no poder infinito da razão e da ciência, a teodiceia, pelo progresso, a teologia, pelas ideologias políticas.

Em certos casos, o monoteísmo religioso foi substituído por monoteísmos seculares. Dessa forma, nos séculos

XIX e XX, as grandes ideologias e filosofias políticas mantiveram estruturas discursivas e expectativas que, de alguma maneira, procuravam se apresentar como alternativas terrenas ao reino dos céus. Nas suas versões mais extremas, totalitárias, as semelhanças ainda são maiores. Nos regimes comunistas, por exemplo, textos foram sacralizados, e seus autores, santificados, e o partido passou a ter o monopólio da interpretação correta da verdade.

As sociedades democráticas seculares não se sustentam na negação da religião e numa visão alternativa que pretenda substituí-la. A ilusão dos monoteísmos seculares, seja o cientificismo, o liberalismo racionalista, o fascismo, o comunismo ou o nacionalismo integrista, foi, e ainda é, acreditar que o mundo moderno pode se organizar em torno de um único princípio orientador que gera um conjunto coerente de valores, sentido de vida e orientações de como devem se conduzir todos os atores sociais.

Acompanhamos Rorty, no sentido de acreditarmos que o desafio da sociedade democrática moderna é completar o processo de secularização iniciado no Renascimento, superando os resquícios de monoteísmo cognitivo e emocional que se expressam tanto em forma de fundamentalismo religioso como ideológico.

Alguns autores enxergaram na continuidade entre práticas religiosas e ideologias políticas seculares uma incapacidade de a modernidade se legitimar fora do marco da tradição judaico-cristã e/ou a considerar que a modernidade não rompeu realmente com a tradição cristã.²⁹ Obviamente, isso representa um grosso exagero porque nenhuma ideologia política moderna pode ser reduzida aos elementos de continuidade com o monoteísmo religioso, ainda que, em suas versões totalitárias, as semelhanças abundem. No melhor dos casos, pode-se argumentar que a modernidade não deixou de incluir elementos míticos e mágicos presentes no transcurso de toda a história humana, e não uma religião em particular.

De todas as formas, a crítica aos elementos de continuidade entre as religiões monoteístas e os monoteísmos seculares é relevante na medida em que nos lembra dos perigos do pensamento monoteísta como princípio organizador do sistema político e do desafio das sociedades democráticas contemporâneas de aprofundar o rompimento com os elementos políticos do monoteísmo, ainda presentes no mundo moderno.

A modernidade democrática não exclui o monoteísmo religioso, porém, separa a religião do poder político.

29 O jurista alemão Carl Schmitt é possivelmente o representante mais importante dessa corrente.

Dessa forma, em vez de excluir a religião, o mundo moderno a liberou de suas amarras e deformações produzidas por sua associação com o poder, permitindo que na sociedade moderna cada indivíduo negocie, na sua subjetividade, o lugar que devem ocupar suas crenças transcendentais.

O mundo em que vivemos passa por um processo de crescente globalização, e a convivência entre diferentes culturas pode ser tanto enriquecedora para o acervo cultural de cada pessoa e para o conjunto da humanidade, como pode levar a conflitos destrutivos.

O mundo globalizado exige uma reflexão mais ampla daquela que apresentamos neste texto. Ele se concentra em sociedades em que predominam religiões monoteístas, o que não se adéqua a muitos países na Ásia e na África, onde mesquitas, igrejas ou sinagogas não tiveram um papel similar na organização da vida política e na produção de saber. O caso brasileiro, em que o monoteísmo assumiu características próprias, sustentado numa igreja pouco densa institucionalmente, que levou à sobrevivência de práticas religiosas e ao sincretismo com outras tradições, também exigiria uma análise diferenciada. Nestas terras, o monoteísmo apresenta dimensões politeístas, como bem exemplifica a autodefinição do físico Cesar Lattes: “Eu me declaro agnóstico, mas sou católico, apostólico,

romano, batizado, crismado, comungado, duas vezes ... e também estalinista, cristão ortodoxo e animista”.³⁰

Conclusões

O conflito de valores é inerente à vida social. Não se trata de um conflito entre sistemas de valores (religiosos e não religiosos), pois, inclusive no interior de cada um deles, prolifera a diversidade. A sociedade democrática se funda no reconhecimento de que os indivíduos convivem com vários sistemas de valores que podem apresentar, em situações concretas, características antinômicas. Cabe a cada indivíduo negociar, na sua subjetividade, sua “síntese”, que sempre será precária e contextual.

Assumir o politeísmo de valores como a crença constitutiva da convivência numa sociedade democrática posiciona o debate intelectual e político num patamar diferente do que a afirmação de que toda crença é relativa, conforme a proposição dos pós-modernos ou da tolerância liberal. Reconhecer que a vida social se sustenta sempre em valores socialmente construídos, e que nenhum deles tem o direito de se assumir como único verdadeiro, faz da democracia o único regime em que tal visão tem o direito a existir e florescer.

30 Entrevista. Canal Ciência http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/livros/cesar_lattes_6.html, acessado em 06.02.2015.

ANEXO 2

DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI: AGREGANDO E / OU REPENSANDO DIREITOS?³¹

A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem sido criticada tanto em seu conteúdo – incluindo a promoção de valores ocidentais e a falta de prioridades em meio a uma proliferação cada vez maior de direitos –, e, sobretudo, pela forma como foi instrumentalizada politicamente e aplicada, ao usar dois pesos e duas medidas, por parte dos estados, mas também por organizações da sociedade civil.³² Apesar da relevância dessas críticas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos representa, sem dúvida, uma grande conquista. É a principal língua comum e bandeira da

31 Agradeço a Shepard Forman e a Michael Leigh os comentários a uma versão preliminar. Obviamente, eles não são responsáveis pelas opiniões e eventuais equívocos. Uma versão preliminar foi publicada no Estado da Arte, 27/10/2021. <https://estadoda-arte.estadao.com.br/bernardo-sorj-direitos-humanos-xxi/>, e em Atlantic Currents, 8th Edition. Rabat: Policy Center for the New South, 2022.

32 Ver, entre outros, Michael Ignatieff. Human Rights as Politics and Idolatry. Princeton: Princeton University Press, 2001.

maioria dos indivíduos e organizações que lutam pela dignidade humana em todo o mundo.

Neste texto, nos concentramos no duplo desafio que representam: a) a plethora de novos direitos que aumenta não só a cacofonia de demandas, mas também o potencial conflito entre elas – inerente a qualquer sistema de valores; b) as transformações sociais, incluindo mudanças tecnológicas, que introduzem desafios novos, e sem precedentes, ao futuro da humanidade e à própria natureza da sociedade na qual se baseia o ideal de direitos humanos. Propomos agrupar a diversidade dos direitos humanos em relação aos diferentes tipos de desafios que enfrentamos no século XXI, e sobre os quais é possível construir coalizões específicas de atores da sociedade civil e governos.

A expansão dos Direitos Humanos

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou em Paris, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não era uma resolução vinculativa, nem um tratado, nem uma convenção internacional com ferramentas para sua implementação. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1966, não foram

ratificados por unanimidade, nomeadamente pela China, no primeiro caso, e pelos EUA, no segundo.

A Declaração – baseada nos princípios de igualdade e dignidade de todos os seres humanos – pretendia tornar-se uma bússola e a medida da marcha da humanidade em direção a um mundo melhor e pacífico. Embora inspirado no direito natural e aspirando à universalidade, quase pairando acima da história, estava enraizada no Iluminismo europeu e nas melhores práticas das democracias ocidentais (principalmente a proteção de indivíduos contra a opressão do Estado), enquanto as responsabilidades de bem-estar socioeconômico foram acrescentadas sob a influência de socialdemocracias, da URSS e de países em desenvolvimento.

Pode-se razoavelmente argumentar que a força da Declaração foi construída a partir das melhores aspirações dos diferentes regimes políticos dominantes na época. No entanto, apesar da afirmação de que todos esses direitos estão vinculados e são indivisíveis, diferentes ênfases na importância relativa dos tipos de direitos continuam a permear o sistema internacional e as organizações da sociedade civil, no Norte, na China e no Sul geopolítico.

Paradoxalmente, se um direito faltou na Declaração, é o direito de criar outros direitos. No entanto, se seguirmos a jornada dos Direitos Humanos nas Nações Unidas,

encontraremos um processo de acumulação permanente de novos direitos, expandindo-se o foco de indivíduos para grupos específicos, novos atores e temas – um desenvolvimento que reflete mudanças sociais e novas demandas, muitas delas inspiradas nos valores que norteiam a Declaração.

O espectro atual de direitos é extremamente variado, como demonstra a seguinte lista, seletiva.

Os direitos das mulheres se tornaram um foco central das Nações Unidas, culminando com a declaração de Pequim de 1995. Em 1989, a Assembleia Geral adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança e, em 2007, a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP).

A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1988 é justificada nas bases de que nas “...disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos todos têm direito a uma ordem social e internacional na qual os direitos e liberdades estabelecidos naquela Declaração possam ser plenamente realizados”.³³ Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs, na sigla em inglês), adotados pelos Estados Membros

33 <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/righttodevelopment.aspx>

da ONU em 2015, representam o ponto culminante dessa iniciativa.

De 1995 em diante, as Nações Unidas organizam conferências anuais sobre mudança climática e meio ambiente e, em 2009, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (“OHCHR”) começou a examinar a relação entre mudança climática e direitos humanos no que se refere a um ambiente seguro, limpo, saudável.

Na frente científica e tecnológica, a Declaração Universal sobre o “Genoma Humano e os Direitos Humanos” foi adotada pela UNESCO em 1997 e endossada pela Conferência Geral em 1998, definindo diretrizes para a pesquisa científica e suas aplicações. Mais recentemente, o Alto Comissariado para os Direitos Humanos publicou vários relatórios sobre o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, o último, em setembro de 2021, sobre o direito à privacidade na era digital, que será discutido em mais detalhe na próxima seção.

Em 2011, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos publicou os “Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos”, reconhecendo a importância e as responsabilidades desse ator na promoção e salvaguarda dos Direitos Humanos.

Com o tempo, não só os sujeitos e objetos de direitos foram se expandindo, mas também os atores responsáveis por sua efetivação. Inicialmente, as responsabilidades recaíam sobre os Estados Partes, a atribuição de responsabilidades também se ampliou para incluir atores não estatais, e estendeu as convenções de Genebra para incluir combatentes não estatais em conflitos armados.

O século XXI e Direitos Humanos

De uma forma não muito diferente de algumas tradições religiosas de interpretação de textos sagrados, as Nações Unidas criaram uma infinidade de outros direitos que são apresentados como atualizações do texto original. Para uma instituição com espaço de manobra muito limitado, esse teria sido o único curso de ação possível, visto que a aprovação de uma nova versão da Declaração seria politicamente inviável. O contexto histórico e geopolítico que permitiu a adoção da Declaração original deixou de existir, e hoje vivemos em um ambiente em que direitos humanos básicos estão sendo flagrantemente negados por diferentes tipos de governos autoritários.

Para analisar a extensa lista de direitos humanos, podemos seguir duas abordagens. O primeiro seria elaborar um conceito abrangente. Pode-se argumentar que a introdução no léxico das Nações Unidas do conceito

de “segurança humana” foi um *tour de force* nessa direção. As definições do que seja segurança humana são diversas, tanto nos documentos da ONU quanto na forma como é entendida por diferentes países. Uma das primeiras definições, de 1995, estabelece que “Significa, em primeiro lugar, proteção contra ameaças crônicas como fome, doença e repressão. E, em segundo lugar, significa proteção contra interrupções repentinas e prejudiciais nos padrões da vida diária – seja nos lares, empregos ou nas comunidades”.³⁴ Definições posteriores aumentaram seu escopo para incluir quase todas as fontes possíveis de sofrimento e aspirações: “A segurança humana é proteger o núcleo vital de todas as vidas humanas de maneiras que aumentem as liberdades humanas e a realização humana.”³⁵

Tão amplo em seu escopo e inespecífico nas dimensões sociais, políticas e jurídicas, sem falar nos meios para atingir seus objetivos concretos, o conceito de segurança humana é de uso limitado, tanto para uma agenda de relações internacionais, quanto de políticas nacionais.

Uma segunda direção seria distinguir entre diferentes questões e os meios para abordá-las. Embora todos os

34 UNDP: Human Development Report, 1994.

35 UN: Final Document of the 2005 World Summit, General Assembly, Sixtieth session, A/RES/60/1, October 24, 2005.

direitos humanos possam ser deduzidos filosoficamente a partir de princípios básicos, no mundo real eles mobilizam diferentes atores e interesses relacionados a diversas agendas. Essa perspectiva mais pragmática pode ser denunciada como um abandono do ideal original dos direitos humanos como um pacote indivisível. No entanto, não creio que seja esse o caso. Desde o seu início, na prática, o sistema internacional funciona com base de geometria variável, na qual diferentes direitos produzem diferentes tipos de alianças internacionais. Não estou propondo abandonar os princípios da Declaração, que ainda é o ideário mais contundente para aqueles que lutam pela dignidade humana em todo o mundo, mas procurando identificar uma agenda realista para avançar em um ambiente internacional dividido e polarizado.

Identifico quatro grupos de questões sobre as quais é possível construir coalizões específicas de atores civis e governos. O primeiro grupo, não incluído na arquitetura original da Declaração, são os desafios à sobrevivência dos humanos como espécie. Afinal, não há direitos humanos sem seres humanos. Na verdade, os perigos para a sobrevivência da humanidade, na forma da bomba atômica, já estavam presentes durante a elaboração da Declaração, mas o tema não foi mencionado. A consciência dos perigos para a continuidade da humanidade, seja fisicamente como espécie ou de indivíduos como entidades livres e autônomas,

é cada vez maior, incluindo a crescente preocupação com as mudanças climáticas ou as pandemias, além das armas de destruição em massa. Suas potenciais consequências catastróficas confrontam a humanidade com a necessidade de remodelar a visão moderna centrada unicamente nos seres humanos para incluir o meio ambiente e a natureza.

Esses representam um conjunto de desafios diferentes dos abusos de direitos associados a indivíduos ou grupos e exigem a cooperação de todos os Estados para resolvê-los. Todos eles convergem na necessidade da cooperação internacional orientada pelo “Princípio de Responsabilidade” de Hans Jonas, no qual a medida moral dos atos sociais deve ser seu impacto imediato tanto quanto seu efeito nas gerações futuras.

O segundo grupo de questões relaciona-se às transformações do funcionamento da sociedade ou da condição humana, cujas consequências são que os princípios básicos dos Direitos Humanos perdem o fundamento social em que se baseiam. O uso sistemático da inteligência artificial para controlar a vida social, produzindo uma sociedade da vigilância e de decisões terceirizadas a algoritmos, e o crescente potencial de modificação do genoma humano e de implantes cibernéticos estão corroendo as condições nas quais a ideia de liberdade, privacidade e de autonomia se baseia. Uma situação em que o Estado e as empresas são capazes de controlar

os indivíduos através de sistemas centralizados de informação e coordenação das atividades sociais e, potencialmente, através da implantação de dispositivos eletrônicos no corpo e intervenção genômica.

Estamos enfrentando uma tensão crescente entre os valores que sustentam a Declaração original e os novos desafios produzidos pelas mudanças tecnológicas. Vou tomar como exemplo o recente documento do Alto Comissariado para os Direitos Humanos sobre o direito à privacidade na era digital. O relatório se baseia no Artigo 12, que afirma que “Ninguém será sujeito a interferências arbitrárias em sua vida privada, família, lar ou correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.” ³⁶

O texto do Alto Comissariado sistematiza diferentes efeitos produzidos pelo uso de inteligência artificial, que criam um “... ecossistema de coleta e trocas de dados pessoais geralmente não transparentes que sustentam partes dos sistemas de IA que são amplamente usados. Esses sistemas atingem as ações de policiamento dos governos e a administração de justiça, determinam a acessibilidade dos serviços públicos, decidem quem tem a chance de ser recrutado para um emprego e afetam as

³⁶ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G21/249/21/PDF/G2124921.pdf?OpenElement>

informações que as pessoas veem e podem compartilhar online. Além disso, o risco de discriminação associado a decisões baseadas em IA é muito real.”³⁷

O artigo 12 da Declaração Universal menciona a proteção diante da “interferência arbitrária em sua privacidade, família, casa ou correspondência” (aliás, é o único artigo que se refere à privacidade). Como sabemos, a correspondência à moda antiga foi substituída por sistemas que permitem o acesso ao conteúdo das mensagens eletrônicas, e os lares se transformaram em locais de trabalho, fundindo-se a vida familiar com o mundo do trabalho. E “interferência arbitrária” é um conceito duvidoso quando os próprios usuários transferem voluntariamente suas informações pessoais para empresas de big data. Já vivemos em um mundo em que a privacidade está se tornando, cada vez mais para as novas gerações, um fantasma do passado.

Desafios semelhantes são expostos pelo artigo 10 da Declaração Universal, que afirma: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem interferência e de buscar, receber e transmitir informações e ideias por qualquer meio e independentemente de fronteiras.” Como se relaciona tal princípio com a divulgação de fake news? As medidas regulatórias contra o uso de

³⁷ Op. cit.

notícias falsas seriam um abuso dos Direitos Humanos, alegação feita por políticos autoritários que fazem uso sistemático delas?

O terceiro grupo de questões está relacionado à declaração original de liberdade política e o respeito à dignidade humana, que inclui direitos individuais e coletivos “clássicos”, mas que precisam ser redimensionados, considerando-se o impacto do uso generalizado de inteligência artificial e de usos possíveis da engenharia genética.

Finalmente, o quarto grupo representa as demandas socioeconômicas. Inclui os problemas sociais “acumulados” – como fome, pobreza e acesso à saúde básica –, mas também questões emergentes associadas ao impacto das novas formas de empregos “autônomos” e o impacto da automação no mercado de trabalho, que estão esfacelando os direitos trabalhistas e as organizações sindicais que eram seus principais promotores.

Conclusões

É bastante óbvio que estamos em uma ação de retaguarda, na qual lutamos para defender os valores, consagrados na Declaração dos Direitos Humanos, cada vez mais estressados pelas rápidas mudanças sociais, as transformações de geopolítica mundial e os desafios aos regimes democráticos nos mais diversos países.

Sem esquecer que, enquanto precisamos enfrentar novas realidades sociais, problemas sociais herdados do passado, como fome, pobreza extrema, desemprego, racismo, sexismo, trabalho escravo e repressão política, ainda assombram nossa paisagem.

Se a Declaração original foi produto da iniciativa dos Estados-Nação, ou pelo menos daqueles com posição hegemônica no sistema internacional do pós-guerra, a partir daí, a maioria dos novos direitos agregados foi resultado da iniciativa de atores da sociedade civil, que atuam em conferências internacionais paralelas às reuniões oficiais dos Estados Membros. Em grande medida, as Nações Unidas tornam-se o alvo e o principal veículo das demandas globais da sociedade civil. É claro que isso não diminui seus méritos e realizações, mas, em muitos aspectos, a distância entre as demandas da sociedade civil, o compromisso e as práticas dos Estados e uma visão progressiva da ordem internacional se ampliou. O desafio é encontrar maneiras de aumentar as convergências.

ANEXO 3

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Este livro se inspira numa variada fonte de autores e de diversas disciplinas das ciências humanas. Esta nota objetiva oferecer uma lista sumária de alguns autores com os quais dialogamos e de alguns dos problemas teóricos subjacentes a nossos argumentos.

Enquanto uma vertente da sociologia se dedicou a enfatizar os mecanismos sociais que induzem os indivíduos a agir de certa forma para reproduzir a ordem social, outras relevam o papel de agência dos sujeitos, centradas em particular nos movimentos sociais. Cada uma delas contribuiu para a compreensão de mecanismos centrais de funcionamento das sociedades modernas, seja dos processos pelos quais os indivíduos interiorizam a cultura e estabilizam a ordem social, seja das transformações da sociedade pela ação coletiva.

A tradição sociológica, até a segunda metade do século passado, foi em geral alheia ao uso do conceito de identidade. Certamente, está presente no conceito de Marx de consciência de classe, embora ele não tenha explicado como o proletariado se transformaria de “classe em si” em “classe para si”, num universo social onde reina a alienação e o “fetichismo da mercancia”.

Max Weber expandiu as fontes de identidades sociais além das classes sociais, incluindo status e partidos políticos como fundamentos de poder e prestígio. Émile Durkheim, por sua vez, refere-se ao papel da identidade de grupo como fonte de coesão social, argumentando, em contraposição à filosofia política e à economia de seu tempo, que o indivíduo moderno é um fenômeno produzido pela sociedade e não seu ponto de partida. Mais recentemente, a obra do sociólogo Erving Goffman se debruçou sobre a construção de identidades pelos atores na interação cotidiana.³⁸

A tradição sociológica se caracteriza pelo que o sociólogo Ralf Dahrendorf denominou a hipersociologização dos atores sociais.³⁹ Como produto da necessidade de construir um objeto diferenciado de análise (como acontece com as outras disciplinas das ciências sociais), seu pressuposto é que a sociedade se explica pela forma na qual se organizam as relações sociais, ignorando assim, o tema da “natureza humana”, suposta como uma tábula rasa, ou no mínimo, o suficientemente flexível para se adaptar às exigências da cultura.

38 Ver Erving Goffman. *The presentation of self in everyday life*. Nova York: Doubleday Anchor Books, 1959.

39 Ralf Dahrendorf. *Homo Sociologicus*, London: Routledge, 1973.

A teoria econômica dominante supõe que os indivíduos são seres racionais que atuam para maximizar a satisfação de suas necessidades e interesses, perspectiva também presente na ciência política orientada pela teoria da “ação racional”. Os economistas, de forma crescente, passaram a reconhecer a existência de exceções ou desvios da norma, ou indicando que a conduta está embebida (*embedded*) de circunstâncias e informações disponíveis, e que ela é constrangida pelos padrões de conduta precedentes (*path dependent*), ou é afetada pelos mais variados vieses cognitivos, sem que isso signifique o questionamento de seus pressupostos teóricos básicos construídos sobre o indivíduo como ator racional.

Tanto a sociobiologia como a psicologia evolutiva elaboraram críticas do indivíduo como ser racional, indicando que as pessoas são influenciadas por condutas de nosso passado pré-humano ou dos primórdios de nossa evolução. Teorias que possivelmente se referem a fenômenos reais, mas que ainda são basicamente especulativas e possuem um baixo poder explicativo de como tais fatores agem em situações concretas, além de serem insuficientes para entender a extrema flexibilidade da cultura humana e sua enorme diversidade.

Desde finais do século XIX, seja pela psicologia (tanto na corrente psicanalítica, comportamental, ou social), neuropsicologia, seja pela sociologia e filosofia

(estruturalista e pós-estruturalista), questionou-se a visão de um indivíduo com capacidade de agir de forma autônoma e racional, a partir de princípios universais e autoevidentes.

Freud elaborou uma teoria sobre a relação conflitiva entre a libido primordial e as demandas da cultura. Apesar das mais variadas críticas que possam ser feitas à sua obra, em particular o que constituiria a estrutura básica do inconsciente ou do id, ou a suas incursões no terreno da história, além do fato de ele não ter desenvolvido uma teoria cognitiva, a sua intuição básica da existência de processos inconscientes e semiconscientes e das dinâmicas pelas quais eles se fazem presentes – como os mecanismos de identificação ou de defesa –, é incontornável. Igualmente, na obra de Freud, encontram-se conceitos relevantes para a compreensão da formação da identidade, como a distinção entre o Eu ideal, o que entendemos que os outros esperam de nós, e o ideal do Eu, um ideal do que aspiramos ser e com o qual nos identificamos.

Uma ampla bibliografia na área da psicologia trata, de forma explícita ou implícita, do tema da formação da identidade, concentrada geralmente nos anos formativos da personalidade da criança e do adolescente. O conceito de identidade foi utilizado e divulgado em particular por Erik Erikson, mas, na análise da relação entre indivíduo e sociedade, sobressaem os

nomes do suíço Jean Piaget, do estadunidense Georges Herbert Mead⁴⁰ e os russos Valentin Voloshinov⁴¹ e Lev Vygotsky.⁴² Todos enfatizam a formação das habilidades cognitivas e emocionais no processo de interação social. G. H. Mead cunhou os conceitos de “mim” (*me*) “eu” (*I*), e “eu mesmo” (*self*). O *mim* seria o apreendido na convivência social e nas expectativas dos outros, e o *eu* refere-se a repostas elaboradas pelo indivíduo às demandas sociais, isto é, do *mim*. Ambos são parte integral do *eu mesmo*.

As teorias mencionadas explicam a possibilidade da capacidade da mente de pensar autonomamente e de agir racionalmente a partir dos insumos recebidos na convivência social. Entendemos que elas deixam de incluir qualidades da mente humana que não são reduzíveis ao mundo social, embora não possam existir sem ele. O humano inclui, como chamou a atenção

40 George Herber Mead. *Mind, Self, and Society*. Ed: Charles W. Morris. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

41 Voloshinov, V *Marxism and the Philosophy of Language*, Harvard: Harvard University Press, 1973.

42 Van der Veer, R., & Valsiner, J. (Eds.). *The Vygotsky Reader*. Oxford: Blackwell, 1994.

Cornelius Castoriadis,⁴³ uma dimensão única, a da imaginação e sua consequência prática, a criatividade, que não são reduzíveis ao universo da cultura recebida. Igualmente, a consciência da existência, e os temores que ela gera – tema presente nas mais variadas tradições espirituais e reelaborado por vezes com tintas solipsistas pela filosofia existencialista –, assim como pulsões, emoções e desejos, é uma dimensão que se encontra em permanente interação com o mundo da cultura, porém, nunca reduzível a ela.

No campo da psicologia social, o tema das identidades ocupa um papel importante, seja nos trabalhos precursores associados à corrente da Gestalt, como Kurt Lewin, seja, mais recentemente, nos trabalhos de Henri Tajfel, John Turner e Serge Moscovici.⁴⁴ Eles contribuem para a análise da formação de identidades de grupo como sistemas relacionais, no interior do grupo ou em referência a outros grupos, incluindo formas de

43 *L'Institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.

44 Kurt Lewin. *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Cultrix, 1978.

Henri Tajfel. *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Horizonte, 1982.

John Turner. "An Integrative Theory of Intergroup Conflict". In William G Austin and Stephen Worchel (Eds.) *The Social Psychology of Intergroup Relations*. Monterey, California: Brooks-Cole, 1979. Serge Moscovici. *Social Representations: Explorations in Social Psychology*. Cambridge: Polity Press, 2000.

isolamento ou assimilação da identidade dominante, estratégias de comunicação e formação de novos consensos, e mecanismos de criação de fronteiras entre as identidades.

O tema das identidades nas últimas décadas passou a ocupar um lugar central nas ciências sociais através dos chamados estudos culturais. Uma ampla bibliografia, que gira particularmente em torno dos temas de raça e gênero, questionou o conceito de identidade como fenômenos imutáveis, mostrando sua historicidade, sua instrumentalização como mecanismo de dominação e opressão e o caráter hifenizado de toda identidade.⁴⁵

Embora seja adequado falar de identidades hifenizadas, no sentido de que todo indivíduo participa simultaneamente de várias identidades, é importante ressaltar que não se trata somente de acúmulo, complementação ou variedade de identidades. Frequentemente, elas entram em conflito, tanto intelectualmente como em termos de lealdades, interesses e afetos. A partir da perspectiva democrática, cabe ao indivíduo e aos grupos identitários negociarem a relação no interior de

45 O autor de referência nessa área é Stuart Hall, que possui uma vasta obra. Em relação ao tema deste texto, consultar, em particular, Stuart Hall, "The Question of Cultural Identity". In: David Held, Anthony McGrew (eds), *Modernity and Its Futures*. Cambridge: Polity Press, 1992.

identidades hifenizadas, num horizonte que reconhece que não existe uma única fonte de sofrimento, nem um único problema social que, se resolvido, representará o fim dos problemas da sociedade.

Nosso conceito de identidade coletiva é próximo, e por vezes convergente, com o utilizado na bibliografia acadêmica que trata o tema como “identidade social”. Como a identidade coletiva e a identidade individual são, ambas, sociais, preferimos utilizar os conceitos de identidade coletiva e individual. Até certo ponto, são paralelos aos conceitos de *mim* e de *eu* elaborados por Mead, só que enfatizam os processos sócio-históricos em vez do ângulo da formação de habilidades individuais de convivência e comunicação em sociedade, além de distinguirem o que denominamos de subjetividade.

Se entendemos que a sociedade é produto da interação entre identidades coletivas, identidades individuais e subjetividades, dissolvemos um dos problemas que tem gerado um constante debate no interior da sociologia e que se expressa em dicotomias que contrapõem estrutura social e agência, o macro e o micro. Cada indivíduo é simultaneamente estrutura e agência, expressão do macro e do micro.

O conceito de subjetividade procura dar conta tanto das dimensões inconscientes, como das várias qualidades conscientes da mente humana, que geram

um campo de vivência humana que não é reduzível nem explicável pelas dinâmicas sociais externas aos indivíduos. Nomear algo não significa que estejamos resolvendo os problemas de causalidade associado ao uso do conceito. As ciências sociais têm dificuldade de integrar nos seus modelos explicativos sentimentos e emoções que não são reduzíveis a uma lógica, seja do conjunto da sociedade, seja de cálculos estratégicos de grupos ou indivíduos. Como integrar na teoria social uma área que constitui um componente fundamental, não somente do mundo interior, como do agir dos indivíduos e da ação social dos grupos, e que apresenta características estocásticas, é um desafio ainda a ser resolvido pelas ciências humanas.

Pode-se argumentar que os conceitos desenvolvidos exigem maiores esclarecimentos e detalhamentos. Certamente. Eles não são chaves com vocação a-histórica, capazes de abrir todas as portas, o que exigirá seu desenvolvimento conceitual, validado em análises concretas e, em função delas, modificados. Lembrando sempre que a sociedade democrática exige conviver tanto com politeísmo de valores como com o pluralismo de explicações da dinâmica social.

